



INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO
DOUTORADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

BERTO IGOR CABALLERO CUELLAR

ACESSO À JUSTIÇA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: REALIDADE E
PERSPECTIVAS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

BRASÍLIA

2025

BERTO IGOR CABALLERO CUELLAR

**ACESSO À JUSTIÇA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: REALIDADE E PERSPECTIVAS NO
PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento E Pesquisa), sob a orientação do Professor Doutor Osmar Paixão Côrtes

BRASÍLIA

2025

Código de catalogação na publicação – CIP

C965a Cuellar, Berto Igor Caballero

Acesso à justiça e inteligência artificial: realidade e perspectivas no poder judiciário brasileiro / Berto Igor Caballero Cuellar. — Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2025.

355 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Paixão Côrtes

Tese (Doutorado Acadêmico em Direito Constitucional) — Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, 2025.

1. Acesso à Justiça. 2. Inteligência Artificial. 3. Poder judiciário - decisões judiciais automatizadas. I. Título

CDDir 341.465

BERTO IGOR CABALLERO CUELLAR

**ACESSO À JUSTIÇA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: REALIDADE E PERSPECTIVAS NO
PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento E Pesquisa), sob a orientação do **Professor Doutor Osmar Paixão Côrtes**

Brasília, 11 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Osmar Paixão Côrtes

Orientador

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Prof. Dr. Georges Abboud

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Membro Interno

Profa. Dra. Ana de Oliveira Frazão Vieira de Mello

Universidade de Brasília

Membro Externo

Prof. Dr. André Macedo de Oliveira

Universidade de Brasília

Membro externo

Dedicatória

À minha Bibi, que me transformou em pai no meio do doutorado, e iluminou, com seu sorriso, minhas alvoradas de escrita ao abrir a porta do quarto todas as manhãs

AGRADECIMENTOS

Nas horas mais difíceis, quando a mente e o corpo já não tinham forças para continuar pesquisando, escrevendo e revisando, eu projetava este momento: a hora de escrever os agradecimentos. Este momento tão esperado chegou.

E aqui eu me lembro de todos os momentos difíceis: de todas as viagens cansativas à Brasília, pagando passagens caras, de “bate-volta” deixando meu lar, meu escritório, minha sala de aula, para cumprir a missão de concluir o doutorado; de todos os dias de lazer e diversão abdicados para ler mais um artigo, escrever mais um tópico, procurar mais uma referência; de todos os dias que o alarme tocou às 5:15 da manhã e que tive que acordar, mesmo sem mal ter dormido pela chegada da minha bebezinha, para poder “ler mais um artigo, escrever mais um tópico, procurar mais uma referência...”; de todas as vezes que me senti saturado e que me questioneei se conseguiria mesmo concluir esta tese. Mas todas as vezes que eu vivi os momentos difíceis, eu lembrei que eu não estava só. Sempre estive bem acompanhado.

Lembrei da minha esposa, companheira de vida, de sonhos e de histórias, meu amor, Luciana, que sempre me deu carinho, força e apoio, cuidando de tudo que era possível para que eu pudesse me concentrar no doutorado, especialmente na reta final da escrita;

Da minha filha, Bianca, que nasceu no meio do “furacão”, com os prazos da qualificação batendo à porta, mas que, ao contrário do que se presume, me ajudou com seus sorrisos deliciosos, com o cheirinho mais gostoso do planeta, e que me deu muita inspiração, alegria e me fez descobrir um novo jeito de sentir a vida;

Lembrei da minha mãe, Sônia, que desde sempre fez grandes sacrifícios para me dar educação, inclusive vender castanhas em um saco de carvão numa rotatória no “pingo do mêi dia” em Teresina.

Do meu irmão, meu melhor amigo, Ian, que sempre esteve comigo de mãos dadas: no mesmo quarto, do outro lado do oceano, pelo interior do Piauí, do Maranhão e agora do Rio de Janeiro.

Do meu pai, dizendo “estude” com seu inconfundível sotaque boliviano.

Eu tive tanta sorte, e estive tão bem acompanhado, que não estava amparado só pela minha família. Eu também ganhei uma família nova, a família da Lu, que eu aprendi a chamar de minha: Vini, meu parceiro de videogame, fini, pizza de calabresa, ping pong e tantas outras coisas; Gigi, a princesa mais linda do Dindo; minha sogra, Dona Nira, que me acolheu tão bem, cuida de mim, da minha esposa, e da minha filha; Amanda, Rayana e Dario, todos vocês estiveram aqui comigo nesse trajeto.

Agradeço ao meu orientador, Osmar Paixão Côrtes, com quem tenho em comum não só a docência, mas a militância na Advocacia e o hobby do triatlo. Muito grato por todo seu apoio e guia na construção deste trabalho.

Ao meu amigo Gabriel Rocha Furtado, que, com o cuidado que só os amigos de verdade têm, sempre me encorajou, incentivou e até me cobrou para que eu fizesse meu doutorado.

À Tainá Aguiar Junquillo, uma das maiores referências em Inteligência Artificial no Brasil, com quem tive a sorte de ter aulas, orientações, escrever artigos, tocar projetos e, sobretudo, de hoje poder chamá-la de amiga.

Ao Laboratório de Regulação e Governança de Inteligência Artificial do IDP, o LIA, porque essa pesquisa é fruto dos nossos debates, das nossas ideias e das nossas construções.

Ao casal de amigos de Brasília, Laís e Fernando, que me recebeu e me hospedou em sua casa nas semanas de aula, proporcionando ótimas conversas e risadas na melhor varandinha da capital federal.

Ao professor Marcos Queiroz, que, ainda no começo da pesquisa iluminou minha mente e me ajudou a estruturar todo o projeto.

Ao iCEV, na pessoa do Professor Bruno Agrélio, pela bolsa de estudos e pelo verdadeiro apoio neste trajeto.

À toda equipe do Caballero, Rocha & Carvalho, em especial aos meus sócios Bruno e Iury, pela parceria e pela compreensão nos momentos mais apertados da jornada.

À Professora Doutora Indira Bezerra, pelo auxílio metodológico nos trechos iniciais da tese.

À Layla Sousa, pela ajuda de grande valia com o tratamento dos dados, revisão e formatação das planilhas.

Ao IDP, por ser essa instituição FANTÁSTICA, não só pela estrutura, como pela atenção de seus funcionários e pelo brilhantismo dos seus professores. Certamente não poderia ter escolhido lugar melhor para este curso. Faço esse agradecimento em nome de Eduardo Wallan, que, por coincidências do destino, havia sido meu aluno na Universidade Federal do Piauí e trabalhou como um dos colaboradores responsáveis pela organização acadêmica da pós-graduação.

Por fim, mas não menos importante: a Deus, que certamente me guia e me protege colocando todas essas pessoas maravilhosas no caminho.

“Welcome, my son, welcome to the machine. Where have you been? It’s alright, we know where you’ve been.”
— *Roger Waters, em Pink Floyd – Wish You Were Here, 1975.*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da utilização de sistemas de inteligência artificial (IA) pelo Poder Judiciário brasileiro na efetivação do princípio do acesso à justiça. A pesquisa parte da hipótese de que a adoção dessas tecnologias, embora promissora sob a perspectiva da eficiência, pode comprometer garantias fundamentais caso não esteja acompanhada de critérios normativos e institucionais robustos. A fundamentação teórica articula os conceitos desenvolvidos por Mauro Cappelletti acerca das ondas renovatórias do acesso à justiça com os estudos contemporâneos sobre opacidade algorítmica, destacando autores como Frank Pasquale, Luciano Floridi e Richard Susskind. A metodologia empregada combina abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e crítica, com coleta empírica de dados realizada por meio da plataforma SINAPSES, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça. A extração dos dados foi realizada com base em formulário desenvolvido no âmbito do Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial do IDP (LIA/IDP), do qual o autor participou ativamente. A base de dados abrange o período de 2021 a 2023 e inclui 301 projetos de IA cadastrados por tribunais brasileiros, classificados segundo uma heurística normativa construída com base na Resolução CNJ nº 615/2025. Os principais resultados apontam para a ausência de padronização técnica, falhas na transparência dos sistemas e adoção indiscriminada de tecnologias com diferentes níveis de risco, sem critérios uniformes de classificação e controle. A análise demonstrou que, embora a maioria dos projetos tenha sido classificada como de baixo risco, um número expressivo opera em funções sensíveis do processo judicial, como aplicação de normas e formação de precedentes. Além disso, identificou-se uma tendência de replicação automatizada de decisões judiciais sem o devido cuidado quanto à explicabilidade e à participação humana. A principal conclusão da tese é que a introdução da inteligência artificial no Judiciário, tal como realizada no período analisado, representa um ponto de inflexão institucional que exige a reinterpretação do devido processo legal à luz das dinâmicas tecnológicas contemporâneas. Propõe-se, assim, a noção de “devido processo tecnológico”, capaz de assegurar a auditabilidade, previsibilidade e controle público das decisões algorítmicas, resguardando os pilares constitucionais da jurisdição democrática

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Acesso à Justiça. Poder Judiciário. Devido Processo Tecnológico. Precedentes

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to analyze the impact of the use of artificial intelligence (AI) systems by the Brazilian Judiciary on the effectiveness of the principle of access to justice. The research is based on the hypothesis that the adoption of such technologies, although promising from the perspective of efficiency, may compromise fundamental guarantees if not accompanied by robust normative and institutional safeguards. The theoretical framework connects Mauro Cappelletti's concept of the waves of access to justice with contemporary studies on algorithmic opacity, highlighting authors such as Frank Pasquale, Luciano Floridi, and Richard Susskind. The methodology combines qualitative and quantitative approaches, of exploratory and critical nature, with empirical data collection carried out through the SINAPSES platform, maintained by the Brazilian National Council of Justice (CNJ). Data extraction was conducted using a form developed within the Laboratory for Innovation and Artificial Intelligence at IDP (LIA/IDP), in which the author actively participated. The dataset covers the period from 2021 to 2023 and includes 290 AI projects registered by Brazilian courts, classified according to a normative heuristic based on CNJ Resolution No. 615/2025. The main findings reveal a lack of technical standardization, failures in system transparency, and indiscriminate adoption of technologies with varying levels of risk, without consistent classification or oversight criteria. The analysis demonstrated that although most projects were categorized as low risk, a significant number operate in sensitive judicial functions, such as the application of legal norms and the formation of precedents. Additionally, there is a growing trend of automated replication of judicial decisions without sufficient concern for explainability or human participation. The central conclusion of this doctoral thesis is that the introduction of artificial intelligence in the Judiciary, as implemented during the analyzed period, represents an institutional turning point that demands a reinterpretation of due process in light of contemporary technological dynamics. Accordingly, the thesis proposes the notion of "technological due process" as a normative framework to ensure auditability, predictability, and public accountability of algorithmic decisions, thereby safeguarding the constitutional pillars of democratic adjudication.

Keywords: Artificial Intelligence; Access to Justice; Judiciary; Technological Due Process; Precedents.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Quadro-síntese sobre os conceitos de IA.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2 - Gráfico sobre os aspectos técnicos da IA Gen**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3 – Panorama Geral da Plataforma Sinapses, retirada do portal**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 4 – Panorama Geral da Plataforma Sinapses, retirada do portal**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 5 - Trecho da planilha com os dados brutos extraídos da plataforma SINAPSES**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 6 - Planilha com preenchimento parcial.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 7 - Gráfico exibindo os projetos distintos**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 8 - Gráfico exibindo a evolução do número de projetos de IA por ano**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 9 - Gráfico da evolução de projetos por área**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 10 - Distribuição dos projetos por Tribunal - 2021**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 11 - Distribuição de projetos por Tribunal - 2022**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 12 - Distribuição de projetos por Tribunal - 2023**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 13 - Distribuição Absoluta das Técnicas de IA utilizadas .**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 14 - Distribuição percentual das Técnicas de IA utilizadas**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 15 - Projetos classificados por risco segundo a minuta inicial da resolução - 2023 ...**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 16 -Distribuição percentual por risco segundo a minuta original da resolução - 2023**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 17- Classificação de Projetos por risco - 2021.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 18- Distribuição percentual de Projetos por risco - 2021 ..**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 19 - Classificação de Projetos por risco - 2022.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 20- Distribuição percentual de Projetos por risco - 2022 ..**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 21 - Classificação de Projetos por risco - 2023.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 22 - Classificação de Projetos por risco - 2023.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 23 - Distribuição percentual dos riscos em cada ano**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 24 – Distribuição absoluta da Classificação de Risco em cada ano...**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 25 - Evolução da classificação de riscos.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 26 - Distribuição percentual das subcategorias de Alto Risco - 2023**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 27 - Distribuição percentual das subcategorias de Baixo Risco - 2023**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 28 – Percentual de *chatbots* em relação ao total - 2021-2023**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 29 - Distribuição de chatbots por Tribunal - 2021-2023....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 30 - Variação da taxa de congestionamento dos tribunais estaduais .**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 31 - Variação do Tempo médio de tramitação por Tribunal.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 32 - Heatmap esperado em cenário ideal**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 33 - Heatmap construído a partir do cruzamento dos dados coletados.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 34 - Distribuição Ideal de Técnicas vs. Risco.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 35 - Distribuição Real encontrada de técnicas vs. risco.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 36 - Percentual de projetos relacionados a Precedentes.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 37 - Relação Direta vs. Relação Indireta**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro Comparativo de Riscos segundo a Resolução 615/2025. **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 2 - Quadro descritivo das regras inferidas da Resolução – alto risco **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 3 - Quadro descritivo das regras inferidas da Resolução – baixo risco **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 4- Quadro descritivo das regras inferidas da Resolução – risco excessivo **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI Act – Artificial Intelligence Act

AR – Alto Risco

BR – Baixo Risco

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

EBIA – Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial

IA – Inteligência Artificial

IA Gen – Inteligência Artificial Generativa

IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

LIA – Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial

LLM – *Large Language Model*

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

NLP – *Natural Language Processing*

OBIA – Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial

PLN – Processamento de Linguagem Natural

RE – Risco Excessivo

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJ – Tribunal de Justiça

TJRO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TJRS – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TRE-AC – Tribunal Regional Eleitoral do Acre

TRE-BA – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

TRE-CE – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

TRE-MG – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

TRE-PA – Tribunal Regional Eleitoral do Pará

TRE-PE – Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

TRE-PI – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

TRE-RJ – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

TRE-RN – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TRE-SC – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TRE-SP – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. PRINCÍPIO do acesso à justiça	Erro! Indicador não definido.
1.1 Conceito e Natureza Jurídica	Erro! Indicador não definido.
1.2 Evolução Histórica	Erro! Indicador não definido.
1.2.1 Acesso à Justiça antes das ondas renovatórias	Erro! Indicador não definido.
1.2.2 A primeira onda renovatória	Erro! Indicador não definido.
1.2.3 A segunda onda	Erro! Indicador não definido.
1.2.4 A terceira onda	Erro! Indicador não definido.
1.3 A tecnologia e a sexta onda renovatória	Erro! Indicador não definido.
1.3.1 A Quarta Revolução Industrial.....	Erro! Indicador não definido.
1.3.2 O constitucionalismo digital.....	Erro! Indicador não definido.
1.3.3 A sexta onda renovatória.....	Erro! Indicador não definido.
1.4 A transformação do acesso à Justiça e o impacto em seus componentes	Erro! Indicador não definido.
1.4.1 Assistência Judiciária Gratuita	Erro! Indicador não definido.
1.4.2 Direito de Demandar	Erro! Indicador não definido.
1.4.3 O devido processo legal (<i>due process of Law</i>).....	Erro! Indicador não definido.
1.5 Precedentes e Acesso à Justiça	Erro! Indicador não definido.
1.5.1 Conceitos importantes	Erro! Indicador não definido.
1.5.2 Formação dos precedentes	Erro! Indicador não definido.
1.5.3 A dupla dimensionalidade dos precedentes	Erro! Indicador não definido.
1.5.4 Precedentes e Inteligência artificial.....	Erro! Indicador não definido.
2. Inteligência Artificial.....	Erro! Indicador não definido.
2.1 Surgimento.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 Acepções e Conceitos	Erro! Indicador não definido.
2.3 Algoritmos e Modelos: A Base da inteligência Artificial.....	Erro! Indicador não definido.
2.4 Técnicas de Inteligência Artificial	Erro! Indicador não definido.
2.4.1 Aprendizado de Máquina	Erro! Indicador não definido.
2.4.2 Aprendizagem profunda e Redes Neurais Artificiais.....	Erro! Indicador não definido.
2.4.3 Processamento de Linguagem Natural e os Modelos de Linguagem de Larga Escala	Erro! Indicador não definido.
2.5 Tipos de Inteligência Artificial	Erro! Indicador não definido.
2.5.1 IA fraca x IA forte.....	Erro! Indicador não definido.

- 2.5.2 IA Geral.....**Erro! Indicador não definido.**
- 2.5.3 IA generativa**Erro! Indicador não definido.**
- 2.6 Black box**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.6.1 A dimensionalidade e a explicabilidade dos sistemas de IA... **Erro! Indicador não definido.**
 - 2.6.2. A interpretabilidade.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.6.3 Consequências**Erro! Indicador não definido.**
- 2.7 A regulamentação de Inteligência Artificial**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.7.1 CEPEJ (Council of Europe - European Commission for the Efficiency of Justice).....**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.7.2 Regulamento de Inteligência Artificial Europeu.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.7.3 Projeto de Lei 2338/2023**Erro! Indicador não definido.**
 - 2.7.4 CNJ – Resolução 615/2025**Erro! Indicador não definido.**
- 2.8 Perspectivas para a regulamentação da IA.....**Erro! Indicador não definido.**
- 3. a inteligência artificial no poder judiciário brasileiro (2021-2023)..... **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.1 Introdução**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.2 Metodologia de coleta, classificação e análise dos dados.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3 Panorama geral dos projetos de IA no Judiciário brasileiro ...**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3.1 Evolução temporal da IA no Judiciário.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3.2 Distribuição por órgãos do judiciário.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.3.3 Principais técnicas utilizadas.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.4 Classificação normativa de Risco**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.4.1 Classificação preliminar elaborada pelo LIA...**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.4.2 Nova classificação com base na versão final da resolução 615/25**Erro! Indicador não definido.**
 -**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.5 A relação entre os projetos de IA e o Acesso à Justiça.....**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.5.1 Impacto dos Projetos de IA na Assistência Judiciária Gratuita **Erro! Indicador não definido.**
 - 3.5.2 Impacto dos Projetos de IA no Direito de Demandar**Erro! Indicador não definido.**
 - 3.5.3 Impacto dos Projetos de IA no Devido Processo Legal ...**Erro! Indicador não definido.**

3.6 Inteligência Artificial e precedentes judiciais.....	Erro! Indicador não definido.
3.6.1. Tipos de impacto	Erro! Indicador não definido.
3.6.2. Distinções	Erro! Indicador não definido.
CONCLUSÕES	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS	40
APÊNDICE B - PLANILHA DE RISCOS	41

INTRODUÇÃO

A utilização da inteligência artificial há muito tempo deixou de ser apenas fantasia dos filmes de *Hollywood*, como nos clássicos *Inteligência Artificial*, de *Spielberg* e *Kubrick*, e *Minority Report*, estrelado por *Tom Cruise*. Todos os aspectos da vida em sociedade atualmente têm constante (e muitas vezes determinante) participação da inteligência artificial: desde a aprovação de empréstimos bancários até os mais simples conteúdos que consumimos na internet. Essa sempre foi uma temática que me fascinou, e, de certa forma, me provocou.

Partindo desse interesse natural, gostaria que o leitor entendesse esse tópico como uma espécie de **manual** de leitura da tese, dividido em três marcos; primeiro, como **cheguei até** meu problema de pesquisa, expondo a justificativa e relevância do tema, bem como o seu recorte geográfico e temporal; em seguida, um roteiro de **para onde vou**, em que passo às explicações sobre a maneira que conduzi este trabalho **a partir** do problema de pesquisa, expondo as hipóteses, os objetivos e a metodologia escolhida na condução do trabalho. Por fim, uma justificativa do ineditismo da tese, demonstrando como ela pode contribuir com a ciência jurídica brasileira

Justificativa

Como advogado que milita desde 2009, pude acompanhar, nos tribunais brasileiros, uma boa parte da transição do processo integralmente físico para o processo virtual, e a consequente utilização das inteligências artificiais trazidas com essa mudança.

Esse movimento de digitalização dos processos seguiu tendência natural e irreversível não só no Brasil, mas em todo o mundo. Essa digitalização foi o que possibilitou sequer pensarmos na possibilidade da utilização de inteligência artificial dentro de um processo judicial;

Ocorre que, a partir de 2017, com a criação de *ROSS*¹, nos Estados Unidos, e o desenvolvimento de Victor², em 2018, o paradigma da utilização da inteligência artificial no auxílio da resolução dos processos foi completamente alterado. Se antes tínhamos a tecnologia apenas como uma ferramenta secundária, a partir de 2017 a Inteligência Artificial assumiu papel relevante, trazendo novas perspectivas quanto à sua utilização no âmbito do poder judiciário. Foi essa mudança de paradigma que gerou as inquietações que me motivaram a desenvolver a pesquisa.

O discurso difundido é o de que a utilização da Inteligência Artificial trará mais celeridade processual, mas o grande ponto em aberto é entender quais serão os efeitos colaterais por elas causadas. A reflexão sobre o tema começa a partir da estratégia que Shoshanna Zuboff chamou de capitalismo de vigilância. O capitalismo de vigilância apropria-se unilateralmente da experiência humana como matéria-prima gratuita, transformando-a em dados comportamentais. Parte desses dados é utilizada para melhorar produtos e serviços, enquanto o restante é classificado como excedente comportamental e direcionado a sofisticados processos de fabricação, denominados “inteligência de máquina”. Esses processos produzem ferramentas de predição que antecipam as ações de um indivíduo no presente, no futuro próximo e em um horizonte mais distante. Posteriormente, essas predições são vendidas em um novo tipo de mercado, que podem ser chamados de mercados de comportamentos futuros. Por meio dessa dinâmica, os capitalistas de vigilância têm acumulado imensa riqueza, atendendo à demanda de empresas ansiosas por investir na previsão do comportamento humano.³

Partindo desse ponto, encontrei um artigo de dois pesquisadores⁴ que analisou as consequências da aplicação de algoritmos em larga escala pelas instituições financeiras

¹ ROSS, o primeiro robô advogado do mundo. Disponível em: <https://transformacaodigital.com/juridico/ross-o-primeiro-robô-advogado-do-mundo/>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

² **Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>. Acesso em: 18 de novembro de 2024

³ ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Tradução de Ilana Goldfeld. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. E-book. E-ISBN: 978-65-5560-145-9.p. 21

⁴ CITRON, Danielle Keats and PASQUALE, Frank A., *The Scored Society: Due Process for Automated Predictions (2014)*. Washington Law Review, Vol. 89, 2014, p. 1-; U of Maryland Legal Studies Research Paper No. 2014-8. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2376209>

no processo de obtenção de créditos pelos indivíduos. Os estudos mostram a existência de três problemas principais:

O primeiro deles é a **opacidade**, que consiste na falta de transparência e clareza quanto aos critérios adotados pela Inteligência Artificial. Isto porque não são concedidas as informações sobre como o algoritmo é alimentado e processado. Assim, sem poder entender o funcionamento da inteligência, fica impossível questioná-la, e até mesmo corrigi-la.

Essa opacidade está relacionada com outro ponto crítico do sistema, que é a produção de **avaliações arbitrárias**. Apesar de termos a confiança de que um algoritmo não falha, devido à confiança que a sociedade em geral deposita na tecnologia, isto não é necessariamente verdadeiro. Muitas vezes a inteligência opera de forma equivocada, produzindo resultados completamente dissociados do que seria o correto.

Por fim, a utilização desse mecanismo, na visão dos autores, potencializa o **disparate impact, ou o viés algorítmico**. Evidências mostram que esse sistema gera desvantagens em relação às mulheres e demais minorias, para citar alguns exemplos.⁵ Segundo o texto, isso ocorre porque os vieses transmitidos aos algoritmos refletem as percepções de seus desenvolvedores.⁶ Assim, a discriminação atinge exatamente as minorias, tal qual ocorre na sociedade. Essa situação só reforça/agrava a desigualdade social, à medida que as pessoas prejudicadas terão ainda mais dificuldades em pagar suas contas.

Estes não são problemas simples. Ao contrário, são problemas bastante relevantes, que envolvem **toda a sociedade**, tendo em vista o exponencial crescimento da utilização da inteligência artificial. Essa constatação me levou a uma reflexão: se o poder judiciário utilizar os mecanismos de inteligência artificial adotados pelas instituições financeiras, produzirá resultados semelhantes, isto é, enfrentará os mesmos problemas?

Delimitação do tema e marco referencial teórico

⁵ “The National Fair Housing Alliance (NFHA) has criticized credit scores for disadvantaging women and minorities”, id. P. 15

⁶ “The biases and values of system developers and software programmers are embedded into each and every step of development”. Id. P. 14

Após o ingresso no curso de doutorado, oportunidade em que pude cursar disciplinas relativas não só à regulamentação da inteligência artificial, mas também relacionadas à inovação e tecnologia, fui maturando a ideia. Já em fase de refinamento, pude contar com o trabalho, as ideias, discussões e debates travados no Grupo de Pesquisa desenvolvido dentro do IDP, o LIA: Laboratório de Governança e Regulação da Inteligência Artificial.

Neste grupo, coordenado pelas professoras Laura Schertel F. Mendes e Tainá Aguiar Junquilha, fizemos debates pautados em textos recentes e profundos sobre a temática da inteligência artificial aplicadas às eleições e ao poder judiciário. Neste cenário, surgiram duas divisões no grupo, criando espécies de subáreas: “IA e eleições” e “IA e judiciário”. Foi na linha de IA e Judiciário que se propôs a analisar a plataforma SINAPSES e mapear os projetos de inteligência artificial utilizados no poder judiciário brasileiro. A partir daí pude delimitar hermeticamente o meu problema de pesquisa: **como a utilização da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, nos anos de 2021 a 2023, influencia na aplicação do princípio do acesso à justiça, segundo a perspectiva de Mauro Cappelletti?**

Friso que as minhas unidades de análise serão todas as inteligências artificiais constantes no Portal Sinapses, do CNJ. Este portal, criado pela Resolução 332 do referido conselho, obriga e regulamenta o fornecimento de informações a respeito dos sistemas de inteligência artificial utilizados no âmbito de cada tribunal. Em 2025, após amplo debate envolvendo especialistas e parcelas da sociedade civil, o Conselho Nacional de Justiça reformulou a normativa, dando origem à Resolução 615.

Embora o CNJ tenha criado a obrigação de que os tribunais devem prestar informações sobre os projetos de inteligência artificial implementados em seu âmbito, pude notar, empiricamente, que caminhamos a passos lentos rumo a um mecanismo de governança dessa plataforma. Isto porque muitas plataformas não estão de fato atualizadas, e muitas não estão devidamente preenchidas de acordo com a determinação normativa. Essa ressalva faz-se necessária para se ter em mente que a pesquisa não estará 100% atualizada com a realidade dos tribunais, pois a velocidade de implementação das inteligências artificiais tem sido bem maior do que a de alimentação e atualização da

plataforma. Apesar disso, os dados constantes no SINAPSES são relevantes e suficientes para tratamento, discussões, aprofundamento e encaminhamento de conclusões.

Optei por fazer um recorte transversal⁷ por entender que os dados coletados formam uma “fotografia” do estágio de utilização de IA no poder judiciário. Assim, o marco temporal inicial deste projeto, o ano de 2021, foi o ano em que a Plataforma Sinapses começou a ser alimentada pelos Tribunais e os dados foram disponibilizados pelo próprio CNJ. O termo final do recorte é o ano de 2023, pois é o estado da arte ao tempo da finalização desta tese.

Marco Referencial Teórico

A pergunta de pesquisa deixa claro que escolhi como referência o jurista italiano Mauro Cappelletti. Isto se deu muito em função de entender que sua perspectiva é um guia para o aprimoramento do judiciário, que por sua vez, deve ser um instrumento de efetivação da Justiça. O acesso à justiça, segundo a aceção defendida por Cappelletti não se ocupa apenas de garantir o acesso aos tribunais, mas visa também à aplicação do direito, utilizando-se de medidas que estabeleçam um processo justo, célere e efetivo. Em verdade, tal proteção jurídico-judiciária individual constitui pilar fundamental do Estado Democrático de Direito.

O acesso à justiça é, em verdade, um requisito fundamental de um ordenamento jurídico igualitário que visa não apenas a proclamação, mas a garantia dos direitos de todos. É, como diz Cappelletti, “o mais básico dos direitos humanos”.⁸

Hipótese e objetivos

A pergunta de pesquisa traz uma **hipótese** trabalhada ao longo de toda a tese: A utilização da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, nos anos de 2021 a 2023, pode dificultar a efetivação do princípio do acesso à justiça, segundo Mauro Cappelletti, dependendo de como esses sistemas são implementados e utilizados.

⁷ “A característica principal dos estudos de corte transversal é que a observação das variáveis, quer se trate de casos, de indivíduos, ou de outros tipos de dados, é realizada em um único momento (o mesmo), quando o pesquisador registra uma “fotografia” dos fatos (variáveis) de interesse e não o “filme” de sua evolução”. ZANGIROLAMI-Raimundo J, ECHEIMBERG JO, LEONE C. Research methodology topics: Cross-sectional studies. *Journal of Human Growth and Development*. 2018; 28(3):356-360. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.152198>. Acesso em 24 de outubro de 2024. P. 2.

⁸ CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988 P. 12.

Trabalhar nesta pesquisa, testando esta hipótese, me possibilitou desenvolver os seguintes objetivos:

O **objetivo geral** do trabalho é analisar quais são as consequências da utilização de inteligência artificial pelo Poder Judiciário brasileiro na resolução de disputas judiciais e como estes mecanismos afetam a efetivação do Princípio do Acesso à Justiça.

Quanto aos **objetivos específicos**, enumero os seguintes: i) delimitar o conceito de Inteligência Artificial e estabelecer diferenças na sua aplicação dentro da Resolução dos processos no âmbito dos tribunais brasileiros; ii) sistematizar, categorizar e classificar as inteligências artificiais utilizadas no poder judiciário brasileiro entre os anos de 2021 e 2023; iii) esclarecer quais aspectos do princípio do acesso à justiça segundo a concepção de Cappelletti estão relacionadas à utilização das inteligências artificiais; iv) compilar os dados coletados pelo LIA e confronta-los com a ideia de acesso à justiça de Cappelletti; v) analisar o impacto dessas inteligências na efetivação do princípio do acesso à justiça; vi) propor, a partir das análises anteriores, estratégias de regulamentação e utilização das inteligências artificiais dentro dos processos judiciais em trâmite no Brasil.

Metodologia

A pesquisa é composta de duas grandes partes: uma teórica e uma empírica. A parte teórica é de natureza bibliográfica, pois o material foi colhido através de fontes bibliográficas, como exame de livros e artigos de periódicos, nacionais e internacionais. As referências coletadas não se limitaram ao Direito, tampouco à ciência da computação, pois a multidisciplinaridade do tema me exigiu que fizesse leituras em outras áreas do conhecimento, como filosofia e matemática.

A parte empírica da pesquisa foi desenvolvida de forma **não-invasiva**,⁹ a partir da análise de arquivos digitais (plataforma SINAPSES),¹⁰ e se deu de acordo com essa ordem: primeiro, o LIA observou as informações preenchidas pelos tribunais na plataforma SINAPSES. Após essa observação e debate com os membros, as

⁹ As medidas não invasivas, contudo, envolvem o uso de fontes não reativas, independentemente da presença do pesquisador, e incluem evidências documentais, evidências físicas e análises de arquivos. Id. P.342

¹⁰ “A internet permite que os arquivistas coloquem as informações sobre seus acervos na arena pública. A etapa seguinte, a qual já está acontecendo com muitos arquivos, é colocar o próprio acervo na internet. Com um mecanismo de busca, torna-se possível procurar informações de arquivos a partir de sua mesa de trabalho”. Id. 349

coordenadoras do grupo, Professora Tainá Junquillo e Laura Schertel, elaboraram um formulário a ser preenchido pelos pesquisadores. A partir daí foi feita uma divisão de tarefas, sendo que cada membro ficou responsável por preencher uma quantidade definida de formulários.

O formulário inicial foi alterado por diversas vezes, à medida que a tarefa de preenchimento ia sendo realizada pelos pesquisadores. Isto ocorreu porque à medida que coletávamos as informações verificávamos a necessidade de inclusão ou exclusão de parâmetros, o que tornou a tarefa bastante fluída e dinâmica.

A pesquisa é quantitativa e qualitativa, seguindo a estratégia exploratória. Qualitativa porque o foco é na compreensão aprofundada dos fenômenos, tendo em vista que o trabalho se propõe a analisar os impactos da utilização da inteligência artificial na efetivação do princípio do acesso à justiça, sendo necessária a exploração de conceitos e relações de interseção. Não obstante, a coleta de dados também teve a função de quantificar diversos itens e aspectos da inteligência artificial, como por exemplo: qual a porcentagem de projetos que trabalham com IA generativa? Qual a porcentagem de projetos que seria categorizado como *alto risco*? Essa combinação de metodologias, conhecida como triangulação, tem o objetivo de ampliar a explicação e compreensão do objeto de estudo. Entende-se que o método qualitativo fornece dados de como cada tribunal experimenta a inteligência artificial, enquanto o método quantitativo fornece dados que poderão ser generalizáveis.¹¹ Considerando que me utilizo de um referencial teórico clássico (Cappelletti) aplicado a um contexto contemporâneo (IA no judiciário brasileiro), constatei que ainda existem muitas lacunas de conhecimento, o que justifica minha opção por uma estratégia exploratória.

No que tange à abordagem, segui o processo do raciocínio **indutivo**¹²: parti da análise das tecnologias utilizadas (ponto específico), chegando a conclusões sobre a aplicação de um princípio segundo um marco teórico (ponto geral). Ademais, a exploração dos dados disponíveis foi utilizada sem a uma resposta ou conclusão prévia,

¹¹ Goldenberg, Mirian. A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Record. Edição do Kindle. P. 53

¹² “Pelo processo indutivo, planeja -se a coleta de dados, depois da qual os dados são analisados para verificar se há qualquer padrão que sugira relações entre as variáveis. A partir dessas observações, pode ser possível construir.” GRAY, David E. Id. P.19

conforme demonstrado na hipótese (“A utilização da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, nos anos de 2021 a 2023, pode dificultar a efetivação do princípio do acesso à justiça, segundo Mauro Cappelletti, dependendo de como esses sistemas são implementados e utilizados”), o que torna a escolha do enfoque coerente com a forma como o trabalho foi desenvolvido.

Aqui cabe uma ressalva: existem dezenas de fatores que interferem na tramitação de um processo, sendo praticamente impossível medir isoladamente quanto um processo tramitou mais (ou menos rápido), de forma menos ou mais eficiente, pela utilização da IA. Assim, não há como “isolar” a utilização da inteligência artificial, criando um grupo de processos “controle” (que utilizaram IA) e um grupo de processos “placebo” (que não utilizaram IA). É preciso deixar isso claro para alinhar as expectativas do leitor em relação aos resultados do trabalho.

Foram utilizados variados métodos de procedimento, a saber: i) histórico, tendo em vista que tanto o conceito de acesso à justiça como o de inteligência artificial vem sendo reconstruídos ao longo do tempo, pelo que a influência das definições do passado são determinantes na atualidade; ii) comparativo, à medida que procurei estabelecer como o princípio do acesso à justiça foi alterado antes e depois da utilização da inteligência artificial; iii) monográfico, pois o trabalho visa analisar as especificidades do poder judiciário brasileiro tendo como um dos objetivos obter generalizações, levando as conclusões para outros ordenamentos e/ou esferas; iv) estatístico, considerando que os dados coletados servirão para obter termos quantitativos a partir de fenômenos sociológicos (utilização da IA no judiciário);¹³

Por fim, após a delimitação dos conceitos necessários e o preenchimento dos formulários, pude sistematizar, categorizar e quantificar as inteligências artificiais utilizadas no poder judiciário. A partir disso, foi feito o confronto com os princípios do acesso à justiça, gerando reflexões, problematizações e conclusões sobre sua efetividade no judiciário brasileiro.

¹³ Enquadramento feito com base em MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. Editora Atlas. Edição do Kindle. pp 147-157.

Contribuições para a ciência jurídica brasileira

Existem diversas pesquisas sobre a utilização da IA no poder judiciário, especialmente relacionadas ao princípio do acesso à justiça e aos ideais de Mauro Cappelletti. Utilizando os termos “acesso à justiça”, “poder judiciário” “inteligência artificial”, no dia 24 de outubro de 2024, registrei a existência de 06 teses de doutorado e 16 dissertações de mestrado que envolvessem estas palavras-chave. Entretanto, a grande maioria delas utiliza o acesso à justiça como ponto de partida, dirigindo-se a algum aspecto específico, como por exemplo o sistema de precedentes,¹⁴ os direitos da personalidade,¹⁵ as garantias individuais¹⁶ e os métodos de resolução online de conflitos.¹⁷ Neste trabalho, o direcionamento é mais abrangente, e aborda o princípio do acesso à justiça como um todo, muito embora perpassasse por muitas das questões acima mencionadas.

A pesquisa que faz uma abordagem mais abrangente de acesso à justiça é a de José Eustáquio de Melo Júnior, intitulada “Relações entre o emprego da inteligência artificial pelo poder judiciário e o acesso à justiça”, defendida na Universidade Federal do Tocantins no dia 10 de setembro de 2023. A leitura do título do trabalho mencionado pode dar a entender que os objetos de pesquisa são os mesmos, sobretudo pela forte utilização das ideias de Mauro Cappelletti como referencial teórico, o que retiraria do meu trabalho o fundamental aspecto do ineditismo.

Entretanto, existem muitas diferenças entre esta pesquisa e a de Junior. Primeiro: o recorte transversal temporal deste trabalho é diverso do daquele. O de Junior se encerra em 2022. Segundo: os dados coletados por aquele pesquisador foram relativos apenas

¹⁴ RAUJO, SOLANEA SILVA DIAS. Sistema de precedentes e a utilização de inteligência artificial como instrumento de acesso à justiça' 05/03/2023 129 f. Mestrado em DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

¹⁵ ROCHA, QUITHERIA MARIA DE SOUZA. ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE' 30/07/2023 198 f. Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá Biblioteca Depositária: UNICESUMAR

¹⁶ RAMOS, MIGUEL ANTONIO SILVEIRA. Inteligência artificial e Poder Judiciário: o dilema do uso de robôs-juízes para fins de decisão em relação às garantias individuais e estruturais do direito fundamental de acesso à Justiça' 05/12/2022 undefined f. Doutorado em Política Social e Direitos Humanos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, Pelotas.

¹⁷ MARQUES, RICARDO TADEU DALMASO. A tecnologia e o processo: os impactos dos métodos online de resolução de conflitos (ODR) sobre o acesso à justiça e o devido processo legal' 08/09/2022 399 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

alguns tribunais e projetos específicos (Hercules-TJAL, Mandamus-TJRR, Hórus-TJDFT, Larry-TJPR e Radar-TJMG), enquanto a minha pesquisa aborda todos os projetos constantes na plataforma Sinapses, o que torna o corpo empírico maior.

Por fim, porque as técnicas de coleta de dados utilizadas por Junior foram invasivas, utilizando questionário elaborado pelo pesquisador e respondidos pelos magistrados, especialmente do Tocantins. No caso desta tese, utilizei, conforme já explicado, o formulário elaborado pelos membros do LIA, posteriormente modificado, a partir dos dados da Plataforma SINAPSES.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges. PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares. *o Devido Processo na era algorítmica digital: premissas iniciais necessárias para uma leitura constitucional adequada*. Revista dos Tribunais | vol. 1026/2021 | p. 125 - 145 | Abr / 2021

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria Geral do Processo*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ARBIX, Daniel do Amaral. *Resoluções online de controvérsias: tecnologias e jurisdições*. 2015. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.2.2015.tde-01092016-154830. Acesso em: 2024-10-13.

ARBIX, Glaucio. *A transparência no centro da construção de uma IA ética*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 395-413, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020008>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ARRIETA, A. B.; DÍAZ-RODRÍGUEZ, N.; DEL SER, J.; et al. *Explainable Artificial Intelligence (XAI): Concepts, Taxonomies, Opportunities and Challenges toward Responsible AI*. arXiv:1910.10045v2 [cs.AI], 26 Dec. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO/IEC 22989:2023. *Tecnologia da Informação – Inteligência Artificial – Conceitos de IA e Terminologia*. 2023.

BARBOSA, Vanessa Alves Pereira. *Inteligência artificial e sistema de precedentes brasileiro: explicabilidade e interpretabilidade como mecanismos de adequação dos modelos algorítmicos aos princípios do contraditório e do devido processo legal*. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Brasília, 2023

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOEING, Daniel Henrique Arruda; DA ROSA, Alexandre Morais da. *Ensinando um robô a julgar: pragmática, discricionariedade, heurísticas e vieses no uso de aprendizado de máquina no judiciário*. 1ª ed. Florianópolis, SC: Emais Academia, 2020.

BRAGANÇA, Fernanda; LOSS, Juliana; BRAGA, Renata; NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. *Inteligência Artificial e Direito Processual: Os impactos da virada tecnológica no Direito Processual*.

Brasil tem mais de 1.500 cursos de Direito, mas só 232 têm desempenho satisfatório. Disponível em: <https://www.jota.info/carreira/brasil-tem-mais-de-1-500-cursos-de-direito-mas-so-232-tem-desempenho-satisfatorio>. Acesso em 10.08.2024

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Plataforma Sinapses*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/plataforma-sinapses/>. Último acesso em 30/03/2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. *3ª Reunião de Subcomitês Temáticos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-reuniao-subcomite-3-22_11_2022_anexo2_projeto_indicadores_ia.pdf Acesso em 16.08.2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. *7ª Reunião Ordinária da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial – EBIA*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/EBIAreuniaoro_7_24_05_2023_Versofinal2.pdf Acesso em 31.08.2023

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. *EBIA. Documento de Referência*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-diagramacao_4-979_2021.pdf Acesso em 15.07.23

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. *EBIA. Regimento Interno*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia_regimento_interno_2021_09_30.pdf Acesso em 15.07.23

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. *Portaria nº 4.617, de 06 de abril de 2021*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/ebia-portaria_mcti_4-617_2021.pdf . Acesso em 15.07.23

BRASIL. *OBIA: Observatório Brasileiro De Inteligência Artificial*. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosinteligenciaartificial/1_ebia-reuniao-ro_7_24_05_2023_anexo_2_eixo2-pdf.pdf . Acesso em 31.08.2023

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Inteligência artificial está presente em metade dos tribunais brasileiros, aponta estudo inédito*. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/09032021->

[Inteligencia-artificial-esta-presente-em-metade-dos-tribunais-brasileiros--aponta-estudo-inedito.aspx](#) Acesso em 15.04.2023

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 006.662/2021-8*. Brasília, DF, 25 de Maio de 2022. Relator Eraldo Cedraz. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrNavhQovNk6CUfl0Hz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1693717200/RO=10/RU=https%3a%2f%2fportal.trt12.jus.br%2fsites%2fdefault%2ffiles%2f2022-06%2fAUD-EXT-2022-Acordao-TCU-1139-2022-Proad4906-2021-Inteligencia_artificial.pdf/RK=2/RS=5b0sRIIaw2ZszcL43SHiY3PdSIo- . Acesso em 31.08.2023

CABALLERO, B. I.; Meier, I. F.; Lopes, J. G.; Mendes, L. S.; Junquilha, T. A.; Menezes de Azevêdo, U. *Relatório de pesquisa: mapeando riscos da IA no Poder Judiciário brasileiro*. Org. Tainá Aguiar Junquilha. Revisão: Ian Ferrare Meier e Tainá Aguiar Junquilha. Brasília: Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial (LIA) do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2024.

CABALLERO, Berto Igor. CARVALHO, Rodston Ramos. *Constitucionalismo Digital, Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*. Revista Eletrônica Interdisciplinar. Volume 15, n.2, 2023. P.444-457. Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/rei/article/view/424/383>. Acesso em 08/08/2024

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Levando os padrões decisórios a sério – formação e aplicação de precedentes e enunciados de súmula*. São Paulo: Atlas, 2018.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

CASALI, H. M.; NUNES, M. G. V. (org.). *Processamento de Linguagem Natural: Conceitos, Técnicas e Aplicações em Português*. 2 ed. BPLN, 2024. Disponível em: <https://brasileiraspln.com/livro-pln/2a-edicao>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CELESTE, Edoardo. *Digital Constitutionalism: a New Systematic Theorization*. International Review of Law, Computers & Technology, 33:1, 76-99, 2019

CESAR, Alexandre. *Acesso à justiça e cidadania*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CHIOVENDA, José. *Princípios de Derecho Procesal Civil*. Tomo I. Trad. José Casais y Santaló. Madrid: Reus, 1922.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover. DINAMARCO, Candido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 24ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CITRON, Danielle Keats and PASQUALE, Frank A., *The Scored Society: Due Process for Automated Predictions* (2014). Washington Law Review, Vol. 89, 2014, p. 1-; U of Maryland Legal Studies Research Paper No. 2014-8. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2376209>. Acesso em: 15 de maio de 2022. p. 15

CITRON, Danielle Keats. *Technological Due Process*. Legal Studies Research Paper No. 2007-26, University of Maryland School of Law, 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1012360>. Acesso em: 30 set.2024

COLUCCI, Maria da Glória Lins. ALMEIDA, José Maurício Pinto de. *Lições de Teoria Geral do Processo*. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2022: ano-base 2021*. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: Acesso em: 3 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2023: ano-base 2022*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: Acesso em: 3 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2024: ano-base 2023*. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: Acesso em: 15 agosto 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *O uso da inteligência artificial generativa no Poder Judiciário brasileiro: relatório de pesquisa*. Brasília: CNJ, 2024. Acesso em: 01 de outubro de 2024

CÔRTEZ, Osmar Paixão. *Precedente como fonte do Direito*. In: JUNIOR, Antonio Pereira Gaio; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Teoria Geral do Processo Civil – Novos Paradigmas frente ao CPC/15*. V.II. Rio de Janeiro: GZ, 2024.

DANTAS, Ivo. *Constituição e processo*. 2ª. Ed. Curitiba: Juruá, 2007.

DEEKS, Ashley. *The Judicial Demand for Explainable Artificial Intelligence*. Columbia Law Review, v. 119, n. 7, p. 1831-1858, 2019.

DIDIER JR, Fredie. BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol.2. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015

DINAMARCO, Candido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol II. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

ESPAÑA. *Conoce la Estrategia Nacional de Inteligencia Artificial (ENIA)* <https://planderecuperacion.gob.es/noticias/conoce-Estrategia-Nacional-Inteligencia-Artificial-ENIA-IA-prtr> . Acesso em 27.08.2023

ESPAÑA. *Indicadores - Conoce todos los datos clave sobre el avance de la digitalización en España*. Disponível em <https://espanadigital.gob.es/indicadores/espa%C3%B1a-digital> Acesso em 18/08/2023

ESPAÑA. *La Constitución Española de 1978*. Promulgada em 27 de dezembro de 1978.

FEUERRIEGEL, Stefan; HARTMANN, Jochen; JANIESCH, Christian; ZSCHECH, Patrick. Generative AI. *Business & Information Systems Engineering*, v. 66, n. 1, p. 111–126, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12599-023-00834-7>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FILGUEIRAS, Fernando; JUNQUILHO, Tainá Aguiar. *The Brazilian (Non)perspective on national strategy for artificial intelligence*. *Discover Artificial Intelligence*, v. 3, p. 7, 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.1007/s44163-023-00052-w>

FINALE, Doshi-Velez; BEEN, Kim, *Towards A Rigorous Science of Interpretable Machine Learning*. arXiv:1702.08608v2 [stat.ML], 2017.

FLORIDI, Luciano. *The Ethics of Artificial Intelligence - Principles, Challenges, and Opportunities*. Edição do Kindle

FLORIDI, Luciano. *The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality* (p. vi). OUP Oxford. Edição do Kindle

FOGAÇA, Mateus V.; FOGAÇA, Marcos V. Sistema de precedentes judiciais obrigatórios: uma leitura do art. 927 do novo CPC. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 67, p. 277–307, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/742>. Acesso em: 16 maio 2024

GALLIEZ, Paulo Cesar Ribeiro. *A defensoria Pública, o Estado e a Cidadania*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Global Access to Justice Project. Disponível em: <https://globalaccesstojustice.com/project-overview/?lang=pt-br>. Acesso em 16/09/2024.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Record.

GREGORIO, Giovanni de. *The Rise of Digital Constitutionalism in the European Union*. *International Journal of Constitutional Law*, v. 19, n. 1, p. 41-70, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/icon/moab001> . Acesso em 11 de outubro de 2022

GRIEVE, Patrick. Machine learning e deep learning: o que são e quais as diferenças? *Zendesk*, 2023. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/machine-learning-and-deep-learning/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ISO/IEC 22989:2022. Information technology — Artificial intelligence — Artificial intelligence concepts and terminology. International Organization for Standardization, 2022.

JUNIOR, Raul Mariano. *O acesso à justiça na era da automação, da inteligência artificial e da mineração de dados. O nascimento do devido processo digital (e-due*

process of law). 2021. 447 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

JUNQUILHO, Tainá Aguiar Junquilha. *Inteligência Artificial e Direito: limites éticos*. Salvador: Juspodivm, 2022.

JUNQUILHO, Tainá Aguiar. COMÉRIO, Murilo Siqueira. *Direito e tecnologia: um debate multidisciplinar*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

JUNQUILHO, Tainá Aguiar. *O equilíbrio Yin e Yang à moda chinesa no desenvolvimento da IA generativa*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jul-21/taina-junquilha-equilibrio-yin-yang-ia-generativa>. Acesso em 16.08.2023

KEARNS, M.; ROTH, A. *The ethical Algorithm: The science of socially aware algorithm design*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

LAGE, Fernanda de Carvalho. *Manual de Inteligência Artificial no Direito Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2022

LEE, Kai-Fu. *Inteligência artificial*. São Paulo: Globo Livros, 2019. Edição do Kindle.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de Direito Processual Civil*. Trad. Candido Rangel Dinamarco. São Paulo: Malheiros, 2005.

LIMA, George Marmelstein. *Limitações ao direito fundamental à ação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/2627>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

LORDELO, João Paulo. *Constitucionalismo Digital e Devido Processo legal*. São Paulo: Jus Podivm, 2022.

MANTELERO, Alessandro. *Beyond Data: Human Rights, Ethical and Social Impact Assessment in AI*. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-6265-531-7>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARCACINI, Augusto Tavares Rocha. *Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. Editora Atlas. Edição do Kindle

MARINONI, Luiz Guilherme. *Teoria Geral do Processo*. 4ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Ricardo Dalmaso. *INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO: O USO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO DO PROCESSO NO SISTEMA BRASILEIRO DE*

PRECEDENTES. Revista de Direito e as Novas Tecnologias, Vol. 3, Abr-Jun. 2019, p. 1–29. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3512238>>. Acesso em: 16 maio. 2025

MCCARTHY, J.; MINSKY, M. L.; ROCHESTER, N.; SHANNON, C. E. *A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*, August 31, 1955. *AI Magazine*, v. 27, n. 4, p. 12, 2006. DOI: 10.1609/aimag.v27i4.1904. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/aimagazine/index.php/aimagazine/article/view/1904>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENDES, Gilmar Ferreira; OLIVEIRA FERNANDES, Victor. Constitucionalismo digital e jurisdição constitucional: uma agenda de pesquisa para o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Direito*, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 1-33, out. 2020. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/4103/2571>.

MENDES, Laura Schertel; MATTIUZZO, Marcela. Proteção de dados e inteligência artificial: perspectivas éticas e regulatórias. *Revista de Direito Urbanístico (RDU)*, Porto Alegre, v. 16, n. 90, p. 39-64, nov.-dez. 2019.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo IV. 2ª Ed. Coimbra: Coimbra, 1998.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e Da Constituição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*. T. IV. Coimbra: Coimbra, 1993.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao código de processo civil: tomo I, arts. 1º-45*. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

MITCHELL, Melanie. *Debates on the nature of artificial general intelligence*. *Science*, v. 383, n. 6689, 2024. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.ado7069>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MIZIARA, Raphael. *Discriminação Algorítmica e direito do trabalho: condições e limites jurídicos para o uso da inteligência artificial nas relações de trabalho*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2024.

MONTENEGRO, Ricardo. *Devido Processo Tecnológico: na prestação de serviços digitais (tratamento de conteúdo digital) sob responsabilidade das Big Techs*. Editora Dialética. Edição do Kindle.

MORAES, Daniela Marques de. *A importância do olhar do outro para a democratização do acesso à justiça: uma análise sobre o direito processual civil, o poder judiciário e o*

Observatório da Justiça Brasileira. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Unb. 2014.

NG, Andrew. Why AI is the new electricity. *Stanford Graduate School of Business*, 2017. Disponível em: <https://www.gsb.stanford.edu/insights/andrew-ng-why-ai-new-electricity>. Acesso em: 5 mar. 2024.

NUNES, Dierle José Coelho.; ANDRADE, Otávio Morato de. *O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EXPLICÁVEL ENQUANTO FERRAMENTA PARA COMPREENDER DECISÕES AUTOMATIZADAS: POSSÍVEL CAMINHO PARA AUMENTAR A LEGITIMIDADE E CONFIABILIDADE DOS MODELOS ALGORÍTMICOS?* Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, [s. l.], v. 18, n.1, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/69329> . Acesso em: 28 nov. 2024

NUNES, Dierle. MARQUES, Ana Luiza Pinto. *Inteligência artificial e direito processual: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas*. Revista dos Tribunais Online. Revista de Processo | vol. 285/2018 | p. 421 - 447 | Nov / 2018 DTR\2018\2074 Thomsom Reuters.

NUNES, Dierle. *Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia?* In: NUNES, Dierle. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. WOLKART, Erik Navarro. *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: JusPodium, 3ª edição, 2022

NUNES, Dierle; LUD, Natanael; PEDRON, Flávio Quinaud. *Desconfiando da (im)parcialidade dos sujeitos processuais: um estudo sobre os vieses cognitivos, a mitigação de seus efeitos e o debiasing*. Salvador: JusPodivm, 2018.

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho. *Algoritmo: o risco da decisão das máquinas*. Revista Bonijuris, ano 31, edição 659, ago/set 2019, p. 49.

OECD. Recommendation of the Council on Artificial Intelligence, OECD/LEGAL/0449. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449>. Acesso em: 14 jan. 2024.

OLIVEIRA, Rogério Nunes. *Assistência jurídica gratuita*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de Destruição em Massa*. Editora Rua do Sabão, Edição do Kindle.

OTTOBONI, Maria Fernanda Stocco. NUNES, Juliana Raquel. *O Acesso à Justiça sob a Perspectiva da Sexta Onda Renovatória e o uso da Tecnologia* Revista *Cidadania e Acesso à Justiça* | e-ISSN: 2526-026X | Encontro Virtual | v. 9 | n. 1 | p. 14–35 | Jan/Jul. 2023

PASQUALE, Frank. *The Black Box Society: the secret algorithms that control money and information*. Cambridge: Harvard University Press, 2015

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. *Direito e Inteligência Artificial: referenciais básicos*. (livro eletrônico): com comentários à resolução CNJ 332/2020. Ed. do autor: DR.IA, 2020.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Debora. *Racionalidade no direito: inteligência artificial e precedentes*. Vol.3 1. ed. - Curitiba [PR]: Alteridade, 2020.

PEREIRA, J. S., & SOUZA JUNIOR, E. (2022). *Primeiras reflexões sobre o devido processo tecnológico na aplicação de provimentos vinculantes por sistemas de decisões automatizadas*. *IDP Law Review*, 1(n.2). Recuperado de <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/lawreview/article/view/5642>

PINHEIRO, Victor Marcel. *Decisões vinculante do STF. A cultura de precedentes*. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2021.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa de 1976*. Promulgada em 02 de abril de 1976.

RAMOS, MIGUEL ANTONIO SILVEIRA. *Inteligência artificial e Poder Judiciário: o dilema do uso de robôs-juizes para fins de decisão em relação às garantias individuais e estruturais do direito fundamental de acesso à Justiça'* 05/12/2022 undefined f. Doutorado em Política Social e Direitos Humanos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, Pelotas.

RAUJO, SOLANEA SILVA DIAS. *Sistema de precedentes e a utilização de inteligência artificial como instrumento de acesso à justiça'* 05/03/2023 129 f. Mestrado em DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

RIGUZZI, Fabrizio. *Introdução à Inteligência Artificial*. *Terre di Confine*, v. 2, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1511.04352>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ROBERTS, H.; J. Cows; J. Morley; M. Taddeo; V. Wang; & L. Floridi. (2021). *The Chinese approach to artificial intelligence: An analysis of policy, ethics, and regulation*. *AI & Society*, 36 (1), 59–77. Doi: <https://doi.org/10.1007/s00146-020-00992-2>.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes da. *O direito constitucional à jurisdição*, in TEIXEIRA, Salvio de Figueiredo. São Paulo: Saraiva, 1993.

ROCHA, José de Albuquerque. *Teoria Geral do Processo*. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, QUITHERIA MARIA DE SOUZA. *ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE'* 30/07/2023 198 f. Mestrado em CIÊNCIAS JURÍDICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CESUMAR, Maringá Biblioteca Depositária: UNICESUMAR

RODRIGUES, Nilsiton; VASCONCELOS, Mônica Carvalho. *A insuficiência dos atuais indicadores e metas do CNJ para o acompanhamento da autocomposição judicial*. 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/119253263/>. Acesso em: 7 maio 2025

RUSSEL, Stuart J.; NORVIG, Peter. *Inteligência Artificial*. Tradução Regina Célia Simille. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SALOMÃO, Luis Felipe *et al.* *Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022. ISBN 978-65-86289-13-8.

SALOMÃO, Luis Felipe *et al.* *Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

SALOMÃO, Luis Felipe; TAUKE, Caroline Somesom *et al.* *Inteligência artificial: tecnologia aplicada à gestão de conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2023. ISBN 978-65-86289-49-7

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 7ª Ed. Porto: Afrontamento, 1999.

SOURDIN, Tania. Judge v Robot? Artificial Intelligence and Judicial Decision-Making. *UNSW Law Journal*, v. 41, n. 4, p. 1114-1133, 2018. Disponível em: <https://www.unswlawjournal.unsw.edu.au/wp-content/uploads/2018/12/Sourdin.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SUSSKIND, Richard. *Online Courts and the Future of Justice*. OUP Oxford. Edição do Kindle

The Global AI Index. Disponível em: <https://www.tortoisemedia.com/intelligence/global-ai/#rankings>. Acesso em 01.09.2023

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Precedente judicial como fonte do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TURING, Alan Mathison. Computing Machinery and Intelligence. *Mind*, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950. Disponível em: <https://academic.oup.com/mind/article/LIX/236/433/986238?login=false>. Acesso em: 10 maio 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *Comissão Especial sobre Inteligência Artificial na Era Digital*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/committees/pt/aida/home/highlights>. Acesso em 29.08.2023.

UNIÃO EUROPEIA. *Futuro da Inteligência Artificial: os planos do Parlamento Europeu para a EU*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20220422STO27705/o-futuro-da-ia-roteiro-do-parlamento-europeu-para-a-ue> Acesso em 29.08.2023

UNIÃO EUROPEIA. *Proposta de Regulamento do Parlamento europeu e do Conselho que estabelece regras harmonizadas em matéria de Inteligência Artificial (Regulamento Inteligência Artificial) e altera determinados atos legislativos da União*. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:e0649735-a372-11eb-9585-01aa75ed71a1.0004.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em 01.09.2023

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de junho de 2024 que estabelece regras harmonizadas sobre inteligência artificial*. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 310, 12 jul. 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj/eng>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VALE, Luís Manoel Borges do; PEREIRA, João Sergio dos Santos Soares. *Teoria geral do processo tecnológico*. Edição do Kindle.

VALENTINI, Rômulo Soares. *Julgamento por computadores? As novas possibilidades da jus cibernética no século XXI e suas implicações para o futuro do direito e do trabalho dos juristas*. 2017. 152 f. Tese – Doutorado em Direito do Trabalho – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VASWANI, Ashish et al. Attention is all you need. 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1706.03762>. Acesso em: 9 fev. 2025.

VAZ, MANUEL AFONSO. *Lei e Reserva da Lei. A causa da lei na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel e WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1998.

XU, Bowen. *What is Meant by AGI? On the Definition of Artificial General Intelligence*. 2024. Disponível em: : <http://arxiv.org/abs/2404.10731> . Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

ZHAO, Wayne Xin et al. *A survey of large language models*. 2024. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2303.18223>. Acesso em: 9 fev. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Tradução de Ilana Goldfeld. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. E-book. E-ISBN: 978-65-5560-145-9.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

FORMULÁRIO DE PESQUISA

1. Qual o nome da solução?
2. Qual o Tribunal responsável? Indicar o nome por extenso (ex.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)
3. Qual o objetivo do Sistema?
4. Nesse processo de desenvolvimento estão envolvidos os magistrados?
 Sim
 Não
5. Há revisão humana?
 Sim
 Não
 Não há informações conclusivas
1. Há participação da sociedade?
2. Qual o tipo de risco da solução?
3. Qual técnica modalidade ou técnica de IA foi utilizada na implementação do sistema?
4. Qual, ou quais desses direitos são afetados pela solução?
 assistência judiciária gratuita
 direito de demandar
 devido processo legal
 formação de precedentes

APÊNDICE B - PLANILHA DE RISCOS

ANO	NOME DA SOLUÇÃO	Qual o Tribunal responsável?	Qual o objetivo do Sistema?	Precedentes?	Nesse processo de desenvolvimento estão envolvidos alguma camada da sociedade?	Nesse processo de desenvolvimento estão envolvidos os magistrados?	Há revisão humana?	Qual técnica modalidade de IA foi utilizada na implementação do sistema?	Risco	Hipótese normativa	Justificativa
2021	LIA -Lógica de Inteligência Artificial	Conselho da Justiça Federal	Auxiliar na recuperação de informações, dúvidas entre outros, através do reconhecimento de linguagem natural (Chatbot).	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR5	Projeto baseado em chatbot, voltado a atendimento automatizado com função informativa ou administrativa, sem produção de efeitos jurídicos, conforme

											diretriz atualizada desta pesquisa.
20 21	Athos	Superior Tribunal de Justiça	Realizar agrupamento semântico, pesquisa vetorial e monitoramento de peças processuais	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Sistema de agrupamento semântico e vetorial de peças jurídicas, com finalidade informacional e organizacional, sem produção de efeitos jurídicos.
20 21	Hércules	Tribunal de Justiça de Alagoas	Classificar automaticamente petições intermediárias na 15a vara de execuções fiscais da capital e a posterior distribuição por filias de acordo	Indireta	Sim, doutores em matemática, desenvolvedores, mestrandos, graduandos e estudantes do Ensino Médio	Sim	Não fornece essa informação	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada de documentos ou petições intermediárias, sem valoração jurídica ou decisão automatizada, enquadrando-

			com a classificação obtida. Além disso, há a validação do preenchimento de Certidões de Dívida Ativa, considerando os requisitos legais.								se na hipótese de apoio processual prevista em BR1.
20 21	LEIA Petições Intermediárias	Tribunal de Justiça de Alagoas	Classificar petições intermediárias como apoio ao Advogado, para que envie a classe correta e não classes genéricas, reduzindo o esforço de reclassificação por parte dos cartorários.	Indireta	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada de documentos ou petições intermediárias, sem valoração jurídica ou decisão automatizada, enquadrando-se na hipótese de apoio processual prevista em BR1.
20 21	Peticionamento	Tribunal de Justiça de Rondônia	Receber os termos circunstanciados que são enviados pelas delegacias civil, militar, militar ambiental	Não	Sim, delegados e servidores da Polícia	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Integração de documentos (TCO) no sistema processual eletrônico, com finalidade

			e rodoviária federal, quais não são padronizados.								exclusivamente preparatória e de registro formal.
20 21	Mandamus	Tribunal de Justiça de Roraima	Expedição automática do mandado com base em documentos assinados por magistrados, com utilização de App móvel com juntada automática da certidão no ato do cumprimento, otimização de rota, distribuição baseado em critérios específicos de prioridade e urgência.	Não	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR4	Sistema que elabora automaticamente mandados como atos processuais preparatórios, sujeitos à revisão e validação institucional.

20 21	Classificador de Petições de Execução Fiscal	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Classificar petições em processos de execução fiscal em oito tipos distintos, para posterior impulso em bloco, por intervenção humana, no sistema eproc.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada de petições de execução fiscal para fins de triagem e organização, sem valoração jurídica.
20 21	Incremento dos mecanismos de pesquisa de Jurisprudência com inteligência artificial	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Identificar citações a conteúdos decisórios com efeitos vinculantes - art. 927, CPC (RE, REsp, súmulas e IRDR) - nas decisões resultantes da pesquisa	Direta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Sistema que apenas identifica a existência de precedentes, sem propor aplicação automatizada ou classificação jurídica vinculativa.

20 21	MINERJUS: SOLUÇÃO DE APOIO À CLASSIFICAÇÃO PROCESSUAL COM USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Tribunal de Justiça de Tocantins	Apresentar uma ferramenta de automação para classificação processual utilizando Aprendizagem de Máquina, visando garantir maior confiabilidade à classificação dos processos judiciais no ato do cadastro da petição inicial com relação ao assunto .	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Ferramenta de automação de classificação processual sem efeitos jurídicos, voltada a organização e triagem documental.
20 21	TIA	Tribunal de Justiça do Amapá	Fazer a leitura dos textos contidos nas petições iniciais dos processos do juizado de fazenda pública e realizar a predição de demandas repetitivas, auxiliando no agrupamento de processos de mesma natureza.	Indireta	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada de documentos ou petições intermediárias, sem valoração jurídica ou decisão automatizada, enquadrando-se na hipótese de apoio processual prevista em BR1.

20 21	LEIA Petições Intermediárias	Tribunal de Justiça do Amazonas	Classificar petições intermediárias como apoio ao Advogado, para que envie a classe correta e não classes genéricas, reduzindo o esforço de reclassificação por parte dos cartorários.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada de documentos ou petições intermediárias, sem valoração jurídica ou decisão automatizada, enquadrando-se na hipótese de apoio processual prevista em BR1.
20 21	AMON	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Implementar um sistema de reconhecimento facial, a partir de fotografias, para trazer mais segurança ao jurisdicionado no TJDF, gerenciando o controle integrado de acesso às suas dependências.	Não	Não	Sim	Sim	[Redes Neurais]	Alto Risco	AR5 (in fine)	Utiliza reconhecimento facial exclusivamente para fins de identificação objetiva de pessoas, hipótese expressamente admitida como exceção no item AR5 do Anexo da Resolução CNJ nº 615/2025.

20 21	Artiu	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Fazer o ajuste dos endereços cadastrados nos mandados de forma automática corrigindo possíveis erros. O sistema funciona dentro do CEMAN (Central de Mandados)	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Sistema voltado à correção de inconsistências cadastrais (endereços), com impacto exclusivamente administrativo e sem efeitos sobre o mérito processual.
20 21	Horus	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Possibilitar a identificação de certas características do processo, permitindo que os seus metadados possam ser recuperados do Data Warehouse corporativo denominado DWJURIS. Esse conjunto de metadados precisa ser compatibilizado, corrigido, classificado e assinado antes de	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR6	Sistema voltado à identificação de características comportamentais com finalidade administrativa voltada a políticas públicas, não configurando perfilamento proibido nem interferência no mérito processual.

			ser processado pela interface de interoperabilidade disponibilizada pelo PJE para a carga de dados, na digitalização dos processos físicos.								
20 21	Natureza Conciliação	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Determinar a natureza do procedimento de acordo com demais dados cadastrados.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Classificação da natureza do procedimento conciliatório para fins organizacionais e de triagem, sem impacto direto sobre o conteúdo decisório.
20 21	Berna	Tribunal de Justiça do Goiás	Identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o	Indireta	Não	Não fornece essa informação	sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Sistema destinado à identificação e unificação de volumes de um mesmo processo, com foco organizacional

			mesmo fato e tese jurídica na petição inicial.								e sem influência jurídica direta.
20 21	LEIA - Precedentes	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	Auxiliar os gabinetes de primeiro e segundo grau na identificação de possíveis candidatos à vinculação à um dos temas de precedentes em tramitação nos tribunais superiores, bem como atender a Resolução n° 235 do CNJ, que dispõe sobre a padronização de procedimentos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de	Indireta	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Aplicação automatizada de precedentes com base em análise semântica ou estrutural de peças processuais, com influência direta sobre o conteúdo da fundamentação jurídica.

			assunção de competênci								
20 21	Robô Larry	Tribunal de Justiça do Paraná	Realizar buscas de processos semelhantes que estejam tramitando nas unidades judiciárias do Estado.	Indireta	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta que localiza jurisprudência semelhante como apoio à consulta jurídica, sem aplicar precedentes automaticamente.
20 21	ELIS	Tribunal de Justiça do Pernambuco	Realizar triagem inicial de processos de execução fiscal ajuizados na Vara de Execuções Fiscais da Capital (Recife), verificando aspectos como: existência de prescrição,	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Triagem inicial de processos com base em elementos objetivos, sem interferência decisória ou valoração jurídica.

			competência diversa e inconsistências cadastrais.								
20 21	Sem nome definido	Tribunal de Justiça do Piauí	Identificar precedentes repetitivos.	Direta	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Não informado]	Baixo Risco	BR1	Identifica processos semelhantes com base em similaridade textual ou temática, sem aplicação automatizada de norma ou decisão vinculante.
20 21	Concilia JT	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região	Realizar a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre as partes envolvidas.	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Ferramenta que realiza valoração automatizada de viabilidade de conciliação, influenciando o direcionamento do trâmite processual.

20 21	CAUBOT	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região	Oferecer uma solução técnica imediata para os mais diversos problemas ou então um encaminhamento mais preciso e direto, possível através de análise textual do diálogo realizado com o usuário.	Não	Não	Não	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Solução técnica para apoio documental e processual em contextos de mutirão, sem aplicação jurídica automatizada.
20 21	GEMINI	Tribunal Regional do Trabalho da 20ª região	Agrupar documentos de processos por similaridade de temas.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Agrupamento de documentos processuais por similaridade, com finalidade organizacional e sem impacto sobre o mérito.
20 21	Clusterização de Processos	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região	Agrupar processos semelhantes pendentes de decisão, a partir de dados estruturados extraídos do sistema PJe, como advogados, assuntos,	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornec e essa informação	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Agrupamento de processos por similaridade temática com fins estatísticos ou organizacionais, sem sugestão de decisão ou

			reclamadas, apresentando também decisões anteriores em processos semelhantes, a fim de otimizar o trabalho de elaboração de minutas de decisões.								norma aplicável.
20 21	GEMINI	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região	Agrupar processos baseada na similaridade do conteúdo de um documento de entrada escolhido como base para o modelo de IA.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Classificação temática de processos para fins de organização interna, sem aplicação normativa ou produção de efeitos jurídicos.
20 21	GEMINI	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região	Analisa e agrupa documentos por similaridade	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Análise e agrupamento de documentos com base em critérios de similaridade semântica, com propósito informacional

											e de triagem interna.
20 21	Análise de pressupostos de Recurso de Revista	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região	Gerar, de forma automática, certidão de análise de pressupostos extrínsecos para admissibilidade de recursos da primeira para a segunda instância e da segunda instância para o TST.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Geração automática de certidão de análise de pressupostos processuais, com potencial influência sobre admissibilidade de recursos judiciais.
20 21	Magus	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região	Analisar os recursos nos gabinetes dos desembargadores para oferecer uma pesquisa inteligente a partir do contexto do assunto em discussão	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR4	Sistema de apoio à pesquisa jurisprudencial e processual, que não gera automaticamente o conteúdo da decisão, apenas fornece subsídios informativos.

20 21	Inteligência Artificial Sophia	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Determinar a melhor combinação de cursos a serem realizados por gestores com base na avaliação gerencial realizada pelos subordinados e nas competências trabalhadas pela carteira de cursos oferecida	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processame nto de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR6	Sistema voltado à tomada de decisão administrativa relacionada à formulação de políticas públicas, conforme diretriz de classificação para fins desta pesquisa.
20 21	Chatbot	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	Prestar informações aos eleitores que acessarem o sítio do TRE-DF na internet.	Não	Não	Não	Não fornec e essa inform ação	[Processam ento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Projeto baseado em chatbot, voltado a atendimento automatizado com função informativa ou administrativa, sem produção de efeitos jurídicos, conforme diretriz atualizada desta pesquisa.

20 21	BEL (Bot Eleitoral)	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	Responder a um menu de perguntas usuais feitas, nos últimos anos, ao Disque Eleições, relativas ao número de título eleitoral, local de votação, situação eleitoral, justificativa etc.	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Projeto baseado em chatbot, voltado a atendimento automatizado com função informativa ou administrativa, sem produção de efeitos jurídicos, conforme diretriz atualizada desta pesquisa.
20 21	Projeto Celina	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	Esclarecer dúvidas cartorárias e prestar serviços úteis à sociedade no período eleitoral.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Sistema voltado à organização de modelos e expansão de funcionalidades internas, sem atuação sobre conteúdo decisório.

20 21	ALEI - Análise Legal Inteligente	Tribunal Regional Federal da 1ª região	Automatizar o processo de análises de precedentes qualificados; Automatizar o processo de levantamento de jurisprudências dentro do TRF1; Auxiliar a redação de minutas para os gabinetes dos desembargadores	Direta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Automatiza análise de precedentes com impacto sobre decisões, enquadrando-se como sistema de apoio à fundamentação jurídica.
20 21	SIGMA	Tribunal Regional Federal da 3ª região	Centralizar os modelos, expandindo os sistemas de busca e edição do PJE, bem como a implementação de sistema de ranqueamento a partir de informações extraídas pela SINARA.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Sistema voltado à organização de modelos e expansão de funcionalidades internas, sem atuação sobre conteúdo decisório.

20 21	SINARA	Tribunal Regional Federal da 3ª região	Identificar informações do fundamento jurídico de uma peça processual, extraíndo dela os dispositivos normativos e precedentes que servirão de parâmetros para outras soluções por mecanismos de “transfer learning”.	Direta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Organiza e agrupa fundamentos jurídicos para fins estatísticos ou estruturais, sem aplicar decisões ou sugerir fundamentos automaticamente.
20 21	Agrupamento de apelações por similaridade de sentença	Tribunal Regional Federal da 4ª região	Exibir de forma gráfica, o acervo de processos de natureza recursal (das classes Apelação Cível, Remessa Necessária Cível e Apelação / Remessa Necessária) de acordo com a similaridade da sentença do processo originário. A partir desta exibição,	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR2	Agrupa recursos por similaridade temática ou objeto jurídico, servindo de apoio à gestão e triagem, sem impacto direto no conteúdo decisório.

			<p>permitir a identificação e seleção de grupos de processos para a execução de ações em bloco e, inclusive, permitir a criação de regras de automação para casos futuros similares ao grupo selecionado.</p>								
20 21	Sugestão de modelos de minutas	Tribunal Regional Federal da 4ª região	<p>Mapear o histórico de utilização dos modelos de minuta de forma a identificar em que situação o processo se encontrava na época. Todo este histórico foi utilizado para a geração de uma rede neural que permite sugerir o modelo de minuta mais adequado à situação atual do processo.</p>	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	<p>Sugestão automatizada de modelos de decisão impacta diretamente a construção da fundamentação jurídica e exige revisão qualificada.</p>

20 21	Classificação de Petições Iniciais para Perícia Médica	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Automatizar o processo de triagem de perícias em processos de Juizados Especiais Federais na Justiça Federal no Rio Grande do Norte, a partir do texto da petição inicial e dos metadados do processo, usando um classificador binário (XGBoost) seguido de uma regressão	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automatizada para triagem de perícias, sem valoração jurídica ou definição de mérito processual.
20 21	Bem-te-vi	Tribunal Superior do Trabalho	Auxiliar os Gabinetes na gestão de seu acervo, especialmente na atividade de triagem	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Ferramenta de apoio à gestão de acervo processual, voltada à organização e triagem, sem impacto jurídico sobre o conteúdo das decisões.

20 21	Correção gramatical e ortográfica com IA	Tribunal Superior do Trabalho	Possibilitar a correção ortográfica e gramatical em português do Brasil em qualquer sistema web.	Não	Não	Não	Não fornec e essa informação	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Correção automatizada aplicada a peças processuais, com função formal e preparatória, sem conteúdo decisório, voltada à melhoria documental.
20 22	Justiça 4.0: inovação e efetividade na realização da justiça para todos. Automação de classificações processuais usando IA	Conselho Nacional de Justiça	Desenvolvimento de solução de Inteligência Artificial que realize a classificação processual automatizada a partir da aplicação de técnicas de processamento de linguagem natural (PLN) com emprego de algoritmo de aprendizagem sob petições iniciais e documentos comprobatórios	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

			- fazendo uso de algoritmos de reconhecimento de entidades e de uma base de conhecimento de legislações para melhorar a assertividade da distribuição, a classificação das medidas urgência e evidência, a identificação de prescrição e a prevenção, considerando, ainda, questões como o enquadramento nas Tabelas Processuais Unificadas.								
20 22	PNUD BRA/20/015 - Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos	Conselho Nacional de Justiça	Disponibilizar, de forma ordenada, os precedentes qualificados proferidos pelos tribunais superiores, tornando para o usuário, tanto	Direta	Sim	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de busca e sugestão de precedentes ou decisões similares, sem aplicação jurídica automática ou

			quanto possível, mais fácil o resgate dos precedentes qualificados de interesse para solução do caso específico em análise.								efeito vinculante.
20 22	Projeto Sinapses - Agrupamento por Similaridade	Conselho Nacional de Justiça	Pesquisar e desenvolver solução de Inteligência Artificial para propiciar o agrupamento de demandas similares, com foco na facilitação do escalonamento do entendimento das unidades judiciárias de 1ª e 2ª instâncias.	Indireta	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Ferramenta de busca e sugestão de precedentes ou decisões similares, sem aplicação jurídica automática ou efeito vinculante.

20 22	SINAPSES	Conselho Nacional de Justiça	Plataforma nacional de armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de Inteligência Artificial, além de estabelecer os parâmetros de sua implementação e funcionamento.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	GEMINI	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Solução capaz de agrupar processos por similaridade de tema de documentos eletrônicos do PJe 2.0, conferindo celeridade às atividades dos agentes da Justiça do Trabalho, bem como menor incidência de falhas em procedimentos e	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

			padronização de entendimentos								
20 22	Athos	Superior Tribunal de Justiça	Utilizar metodologias de Inteligência Artificial (IA) para realizar agrupamento semântico, pesquisa vetorial e monitoramento de peças processuais	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	RAFA 2030	Supremo Tribunal Federal	Classificação de textos jurídicos em ODS da Agenda 2030 da ONU. Reúne algoritmos de aprendizagem de máquina e ferramentas de análise descritiva, bem como um aplicativo desenvolvido em	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

			linguagem R para auxiliar na classificação/autuação de processos pelos servidores da área fim do tribunal.								
20 22	Victor	Supremo Tribunal Federal	Auxiliar a Secretaria de Precedentes na classificação dos processos recursais em temas de Repercussão Geral.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	IAJUS - Inteligência Artificial e Automações Inteligentes	Tribunal de Justiça da Bahia	Desenvolver robôs para atuarem diariamente em tarefas repetitivas como triagem de processos, expedição de citações, intimações, juntada de certidões, análise de trânsito em julgado com baixa	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

			processual, remessa, preenchimento de minutas de despachos, decisões e sentenças.								
20 22	Mapeamento de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade	Tribunal de Justiça da Bahia	Auxiliar a segunda-vice presidência na identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade através da etiquetagem de processos.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Sofia - Assistente Virtual dos Juizados Especiais da Bahia	Tribunal de Justiça da Bahia	Diminuir os atendimentos feitos através de e-mails ou por telefone realizados pelos servidores da coordenação dos juizados especiais	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Automação de Provimentos em Correções Judiciais no Pje	Tribunal de Justiça da Paraíba	Realizar registros de provimentos com despachos, em processos com os status citados acima, a fim de que os magistrados corregedores possam se dedicar a análise de outras informações de uma unidade judiciária que carecem de análise/intervenção humana.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR2	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Primeiro Modelo de Inteligência Artificial no PJE	Tribunal de Justiça da Paraíba	Implantar no parque de serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) um modelo mínimo e viável, entre os disponíveis na plataforma SINAPSES, de automação com	Não	Não	Não	Sim	[Redes Neurais]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a

			uso de Inteligência Artificial (IA) ao processo judicial.								Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	1. Identificação da petição inicial / 2. Classificação de assuntos de judicialização da saúde	Tribunal de Justiça de Minas Gerais	1. Identificação da petição inicial: identificação dentre as peças e documentos eletrônicos do PJe aquele que corresponde à petição inicial. 2. Classificação de assuntos de judicialização da saúde: identificação dos assuntos processuais das ações referentes à judicialização da saúde por meio de metodologia "multi-label".	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	ASSUNTO_JUDICIAL / MULTILABEL / TEXTO	Tribuna de Justiça de Rondônia	Identifica os assuntos judiciais referentes a uma petição inicial	Não	Não	Não fornece essa informação	sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	ASSUNTO_JUIZADO_ESPECI AL_CRIMINAL / MULTICLASSE / TEXTO	Tribuna de Justiça de Rondônia	Identifica o assunto do documentot no âmbito do juizado especial criminal	Não	Não	Não fornece essa informação	sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Acordao Sessões	Tribuna de Justiça de Rondônia	Identifica sessões em um acórdão, EMENTA, RELATORIO e VOTO, através do reconhecimento de entidades nomeadas.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões

											objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	CLASSE_JUDICIAL / MULTICLASSE / TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Classifica a classe judicial de uma petição inicial	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Gerador de texto de magistrado	Tribunal de Justiça de Rondônia	Gera textos, auxiliando na produção de documentos, através de sugestão e palavras	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	IDENTIFICA_CONEXAO / MULTICLASSE / COMPOSTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Identifica pedido e decisão em um documento	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	IDENTIFICA_PETICAO_INICI AL / MULTICLASSE / COMPOSTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Usado pelo para identificar as petições iniciais nos processos vindos dos tribunais, consolidados no CODEX	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	insuficien te	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadrament o conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.

20 22	Identifica pedido e decisão	Tribunal de Justiça de Rondônia	Identifica pedido e decisão em um documento	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	JUSTICA_GRATUITA / BINARIO / TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Analisa a petição inicial para identificar se o processo tem pedido de assistência judiciária	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	LIMINAR / BINARIO / TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Verifica se a petição inicial tem pedido de liminar	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	MAPEAMENTO_ENTIDADE S	Tribunal de Justiça de Rondônia	Mapeia entidades em um documento	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Petitionamento Inteligente	Tribunal de Justiça de Rondônia	Facilitar a entrada de documentos originários de delegacias, como Termos Circunstanciados, Inquéritos Policiais, entre outros, de forma que a pessoa da delegacia anexa o(s) arquivo(s) no sistema, e o próprio sistema extrai as informações necessárias para preenchimento dos campos obrigatórios para cadastro no PJe. Ainda no sistema, alguém do setor de distribuição do Tribunal, validará as informações pré preenchidas e fará a assinatura digital dos documentos e clicará em "Enviar ao PJe", onde o	Não	Sim, delegados e servidores da Polícia	Sim	Não fornec e essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR4	Tecnologia de apoio à elaboração de peças ou atos processuais preparatórios, sem gerar o ato jurídico final.
----------	----------------------------	---------------------------------	---	-----	--	-----	------------------------------	---	-------------	-----	--

			sistema, via MNI, peticionará no PJe. Atualmente, é necessário alguém da distribuição receber esses documentos, e preencher manualmente todas as informações.								
20 22	Publica Diário	Tribunal de Justiça de Rondônia	Formas de comunicação levando em conta os documentos do magistrado	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.

20 22	SIMILARIDADE_PETICAO_INICIAL	Tribunal de Justiça de Rondônia	Modelo que calcula a taxa de similaridade entre petições iniciais. Está sendo reutilizado pelo TJMT, e outros tribunais, e se não me engano também liberado as universidades.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	SUMARIZADOR	Tribunal de Justiça de Rondônia	Sumariza textos	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	TGM_AREA / MULTICLASSE / TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Triagem de grande massa classificando entre CÍVEL e ESPECIAL	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões

											objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	TGM_CIVEIS / MULTICLASSE / TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Triagem de grande massa das câmaras cíveis	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processam ento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	TMG ESPECIAIS	Tribunal de Justiça de Rondônia	Modelo para classificação de processos da Câmaras Especiais, efetuando a triagem de acordo com as classes treinadas	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processam ento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/pr ocessos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	TRIAGEM DE GRANDE MASSA	Tribunal de Justiça de Rondônia	Modelo para triagem de processos de grande massa, treinado com agrupamentos de banco, fornecimento de água, cia elétrica, dpvat e outros. Foi criado com intuito de triar os processos que adentram os gabinetes de segundo grau, para facilitar a distribuição entre responsáveis.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.
20 22	Tipo Movimento Magistrado - Classificador	Tribunal de Justiça de Rondônia	Modelo para predição de movimentos da TPU conforme dado um despacho do magistrado. É utilizado como base para outros classificadores para diversos tribunais	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	VETORIZA_TEXTO	Tribunal de Justiça de Rondônia	Utilizado para criar vetores para textos	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR4	Tecnologia de apoio à elaboração de peças ou atos processuais preparatórios, sem gerar o ato jurídico final.
20 22	Mandamus	Tribunal de Justiça de Roraima	Projeto para distribuição automática dos mandados aos oficiais de justiça	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Classificação por Conteúdo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Permite a realização da triagem de processos pelo conteúdo dos documentos protocolados.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação

											normativa automatizada.
20 22	Análise de Guias de Custas Duplicadas	Tribunal de Justiça de São Paulo	Extração do conteúdo de guias de custas judiciais, meta dados das guias e processos com finalidade de identificação dos valores recolhidos e possíveis duplicidades.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Identificação de Processos com Precedentes Vinculados	Tribunal de Justiça de São Paulo	Análise e identificação de processos repetitivos, com precedentes vinculados, que devem ficar suspensos em segunda instância até a decisão final do STJ.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.

20 22	Agrupamento de Sentenças	Tribunal de Justiça de Tocantins	Agrupar os processos recursais autuados na 2ª Instância do Poder Judiciário do Tocantins de acordo com a sentença proferida no 1º Grau	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	MinerJus	Tribunal de Justiça de Tocantins	Garantir maior confiabilidade à classificação dos processos judiciais no ato do cadastro da petição inicial com relação ao assunto	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Fazer recomendações e classificações de petições (classes, assuntos)	Tribunal de Justiça do Acre	Realizar indicação, a partir da leitura de arquivo pdf, de assunto para petições intermediárias e classe/assunto para peticionamento inicial. É destinado a atendimento de todos que utilizam o portal de peticionamento esaj.tjac.jus.br (advogados, defensores, procuradores). Espera-se que os processos sejam classificados de maneira mais assertiva promovendo assim melhores análises e incremento da produtividade.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
----------	--	-----------------------------	---	----------	-----	-----------------------------	-----------------------------	--	-------------	-----	--

20 22	Hércules	Tribunal de Justiça do Alagoas	Desenvolver ferramentas matemático-computacionais e realizar atividades de grande impacto que aumentem a eficiência e acelerem o trâmite processual na 15ª vara de execução fiscal do TJ-AL	Indireta	Sim, doutores em matemática, desenvolvedores, mestrandos, graduandos e estudantes do Ensino Médio	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	Tucujuris Inteligência Artificial (TIA)	Tribunal de Justiça do Amapá	Esta ferramenta identifica todas as situações em que há demandas repetitivas, podendo ser atuadas de imediato. Não será mais necessário que um servidor verifique um a um dos processos que apresentam essas características. Tão logo o advogado insira a	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de busca e sugestão de precedentes ou decisões similares, sem aplicação jurídica automática ou efeito vinculante.

			petição inicial no sistema Tucujuris, o robô identifica se há na base de dados do sistema demanda semelhante. Ao constatar, reúne e ordena em forma de processo a nova demanda.								
20 22	Ciência de Dados e Inteligência Artificial para aumento da produtividade jurisdicional	Tribunal de Justiça do Ceará	Contribuir no atendimento aos reclamos da sociedade por uma justiça mais ágil, acessível, célere e conectada com a realidade social.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.

20 22	Inteligência Artificial na Prestação Jurisdicional	Tribunal de Justiça do Ceará	Implantar tecnologias de IA para facilitar e agilizar a atividade jurisdicional. O público principal são magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense, bem como espera-se contemplar os operadores do Direito e a sociedade local de forma indireta.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Não informado]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	AMON	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Criar um sistema de reconhecimento facial a partir de fotografias que pudesse se valer das mais de 1,2 milhão de fotos já armazenadas no SidenWeb.	Não	Não	Não	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	AR5, in fine	embora utilize dados biométricos, incide na exceção da norma, pois será utilizada para controle de acesso (segurança)

20 22	Artiu	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Correção de CEPs de endereços de acordo com a descrição do endereço. Sugere classificações de mandados urgentes que possam ter sido classificados de forma errada no PJE, como mandados de medidas protetivas, alvará de soltura, etc. O Artiu analisa o conteúdo do mandado e caso identifique que trata-se de mandado urgente, como medida protetiva, dispara alertas para que este receba o devido tratamento.	Não	Não	Não	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
----------	-------	--	--	-----	-----	-----	-----	-----------------------------------	-------------	-----	--

20 22	Hórus	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Realizar a inserção automática no PJe de processos digitalizados categorizando/classificando os documentos baseando-se em tipos específicos existentes no sistema de tramitação, além de utilizar o processo de certificação digital com autorização da corregedoria para validar todo o processo; Reconhecer o código de caracteres dos documentos via OCR a fim de confrontar os dados das peças processuais com os dados dos sistemas legados, detectando possíveis inconsistências	Não	Não	Não	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
----------	-------	---	---	-----	-----	-----	-----	--	-------------	-----	--

			<p>das peças processuais digitalizadas manualmente;</p> <p>Recuperar metainformações de sistema de tramitação de processos físicos com a finalidade de subsidiar dados para o pré-cadastro e um futuro tratamento de dados.</p> <p>Integrando o Projeto de Modernização da Vara de Execuções Fiscais – VEF, o Hórus trouxe resultados efetivos e velozes ao cadastramento de processos digitalizados, integrou a digitalização de processos físicos com o PJe e viabilizou movimentações</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

			processuais no sistema judicial legado – SISTJ. O TJDFT é o primeiro Tribunal a utilizar técnicas de inteligência artificial nesse caso.								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

20 22	SAREF	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	<p>Visa agilizar a apresentação de uma população de apenados da unidade.</p> <p>Utilizando os algoritmos de reconhecimento facial, auxiliando e modernizando o controle de presença da unidade.</p>	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	AR5, in fine	<p>Uso de biometria ou reconhecimento facial para identificação objetiva, admitido como exceção pela Resolução CNJ nº 615/2025.</p>
20 22	TOTH	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	<p>Recomendar a classe e os assuntos do processo baseado na petição inicial do advogado, melhorando dessa forma a qualidade dos dados que são enviados ao DataJud, assim como eventuais relatórios baseados nesses metadados processuais.</p>	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	<p>Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.</p>

20 22	Argos - Inteligência Artificial em Gratuidade de Justiça	Tribunal de Justiça do Espírito Santo	Facilitar o acesso gratuito do cidadão à justiça, a partir de um modelo que avalie se o pedido pode ser concebido, cruzando dados das mais diversas bases em busca de parâmetros que o justifiquem	Não	Não	Não	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	Inteligência Artificial Berna (Busca Eletrônica utilizando Recursos de linguagem Natural)	Tribunal de Justiça do Goiás	A solução aplicada permite identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial. Com a identificação e unificação dos processos em agrupamentos. São criadas pendências no	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

			Sistema Projudi/PJD com a finalidade de informar a possibilidade de ocorrência de conexão às diferentes unidades judiciais que receberam as causas por distribuição, alertando e facilitando a análise pelo Julgado								
20 22	Apolo - Analisador de Precedentes	Tribunal de Justiça do Maranhão	Analisar a petição e classificá-la dentre os temas mapeados pelo Núcleo de Precedentes do TJMA, no momento da distribuição, etiquetando o processo, objetivando agilizar a análise processual e as decisões dos magistrados.	Direta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Apolo - Analisador de Precedentes	Tribunal de Justiça do Maranhão	Trata-se de um modelo Analisador de Prevenção na Distribuição de Processos utilizando-se de Redes Neurais Artificiais	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Projeto de implantação da plataforma Codex/Sinapses	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	O Objetivo do projeto é iniciar o conhecimento e uso da plataforma disponibilizada pelo CNJ	Não	Não	Não	Não fornece essa informação	[Não informado]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.

20 22	INDIA (Indexador de Documentos Judiciais com Inteligência Artificial)	Tribunal de Justiça do Pará	Facilitar e agilizar a tarefa de indexação de documentos judiciais no contexto da migração processual do meio físico para o meio digital.	Não	Não	Não	Não fornec e essa informação	[Redes Neurais]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	Larry - Análise de Juntada	Tribunal de Justiça do Paraná	Diante de uma análise de juntada, sugerir o próximo passo que o analista deveria tomar.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Larry - Aplicação de Inteligência Artificial para Identificação de Demanda Repetitiva.	Tribunal de Justiça do Paraná	Auxiliar os diferentes órgãos deste Tribunal a identificarem demandas repetitivas ou de massa, e assim acelerar a resolução de processos, alcançando maior produtividade.	Indireta	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.
20 22	Larry - Prescrição Intercorrente	Tribunal de Justiça do Paraná	Estabelecer um modelo que possa apoiar o cartório na identificação de um processo que esteja prescrito ou em vias de prescrição intercorrente.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	Larry - v1 - Semelhança de Petições Iniciais	Tribunal de Justiça do Paraná	Identificar petições iniciais semelhante	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem

											aplicação normativa automatizada.
20 22	Projeto Larry - 2º Grau	Tribunal de Justiça do Paraná	Identificar matérias individualizáveis entre processos distribuídos como alheios às áreas de especialização.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	ELIS	Tribunal de Justiça do Pernambuco	Consiste em um projeto de automação das atividades identificadas como gargalos nas ações de Execução Fiscal que tramitam no Processo Judicial Eletrônico (PJe) do TJPE.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a

											Resolução CNJ nº 615/2025.
20 22	Identificação e tratamento de processos de contratos bancários	Tribunal de Justiça do Piauí	Tem como objetivo a identificação e tratamento de processos de contratos bancários, tendo como público alvo os Magistrados e Servidores do TJPI, objetivando a identificação e sugestão de decisões modelos para as diversas situações concretas.	Direta	Sim	Sim	Não fornece essa informação	[Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.

20 22	ODR TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	Plataforma de acordo pré-processual com empresas externas Consumidores em litígios com empresas. Acordos rápidos, redução da taxa de judicialização	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	GPSMed	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	Analisar demandas de saúde pública em que a parte passiva é o estado, a partir do conteúdo das petições iniciais e decisões sentenças proferidas.	Direta	Não	Sim	sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Chatbot DIGEP	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Chatbot com perguntas e respostas relacionadas à Direção de Gestão de Pessoas	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.

20 22	Chatbot para o Atendimento da CADI	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Assistente virtual para atendimento de usuários para assuntos relacionados à Tecnologia da Informação	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.
20 22	Grafo	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Sistema para visualização de vídeos de audiências e transcrições	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Sistema voltado à transcrição, tradução ou melhoria de acessibilidade, sem produção de conteúdo jurídico.
20 22	IA Classificador por conteúdo	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Classificador de documentos de acordo com a similaridade dos textos.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	IA Execução Fiscal	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Analisador de iniciais de Execução Fiscal com classificação por Inteligência Artificial	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	IA Gerador de resumos	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Gerador de resumos de textos de documentos	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR4	Tecnologia de apoio à elaboração de peças ou atos processuais preparatórios, sem gerar o ato jurídico final.
20 22	IA Validação de assuntos	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Validação de assuntos de processos do eProc de acordo com o texto da petição inicial.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação

											normativa automatizada.
20 22	Classificação por conteúdo na automatização dos localizadores	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Automatização de localizadores (etiquetas de classificação).	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Concilia JT	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região	Realizar a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre as partes envolvidas, auxiliando servidores e magistrados em suas atividades.	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.

20 22	Gemini - Agrupamento de processos por similaridade	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região	Auxiliar na agilização da elaboração de minutas de votos dos magistrados, agrupando documentos por similaridade, além de sugerir decisões já proferidas como modelos para a elaboração das referidas minutas.	Direta	Não	Sim	Não	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	Desenvolvimento de algoritmo para predição de possibilidades de acordos processuais.	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª região	Desenvolvimento de algoritmo para predição de possibilidades de acordos em processos judiciais trabalhistas de primeira instância.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	Sig-jt	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª região	Desenvolvimento de módulo com o objetivo de possibilitar, às unidades judiciárias, realizar auto-avaliação e auto-	Não	Não	Sim	Não	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão administrativa ou implementação de política pública sem interferência

			gestão das unidades, contemplando informações relativas aos indicadores e metas, na forma de gráficos e/ou lista de processos que incidem em tais indicadores.								sobre decisões judiciais.
20 22	Nacionalização Projeto Meta 9	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região	Possibilitar diagnosticar, organizar, consolidar e disponibilizar informações de processos relativos aos temas Trabalho Infantil, Assédio Sexual, Aprendizagem e Trabalho Análogo ao Escravo	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão administrativa ou implementação de política pública sem interferência sobre decisões judiciais.
20 22	Índice de Conciliabilidade por Inteligência Artificial (ICia)	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região	Estimar a conciliabilidade de cada processo pendente na Justiça do Trabalho.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com

											impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	GEMINI	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região	Agrupar processos com similaridade de conteúdo	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	GEMINI	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região	Agrupar documentos de processos por similaridade de temas.	Direta	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.

20 22	Magus	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região	Auxiliar a confecção do voto nos gabinetes, facilitando o levantamento de informações e a qualidade e a pertinência dos resultados da busca por acórdãos, súmulas, OJs e etc.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	São utilizados bots para executar tarefas repetitivas, antes realizadas por pessoas, e a plataforma Sinapses (CNJ) para a classificação das peças processuais.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	Atendimento automatizado - Chatbot	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Reduzir a sobrecarga de demandas de suporte técnico de 1º nível da Seção de Suporte ao Usuário – ScSU ao usuário interno	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto

			de TI do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo								sobre o mérito processual.
2022	Inteligência Artificial Sophia	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Elaboração de planos individuais de capacitação com base em rol de cursos pré definidos e na avaliação gerencial por competências	Não	Não	Não	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão administrativa ou implementação de política pública sem interferência sobre decisões judiciais.
2022	BEL (Bot Eleitoral)	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	Uma ferramenta de chatbot, desenvolvida para atender o eleitor em relação a suas principais dúvidas no dia da eleição.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo
2022	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	Minutar a sentença dos processos de registro de candidatura e prestação de contas com base nos pareceres técnicos e do	Indireta	Não	Sim	Sim	[Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a

			Ministério Público.								autonomia judicial.
2022	Combate à desinformação	Tribunal Regional Eleitoral do Pernambuco	Conceber e construir um framework para combater a desinformação e conteúdos falsos relacionados à Justiça Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral, nas diferentes fases e aos atores nele envolvidos, de forma proativa	Não	Sim, Representantes da UFPE, alunos e professores; Representantes do TRE-PE,	Não	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
2022	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Pernambuco	Otimizar a prestação jurisdicional, acelerando a tramitação e auxiliando os juízes eleitorais nos julgamentos dos processos de	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a

			prestação de contas de candidatos nas eleições, desonerando os servidores e habilitando-os para realização de outras atividades.								autonomia judicial.
20 22	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Automatizar a geração de minutas de sentenças em prestação de contas eleitorais.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	Implantação de solução integrada ao SINAPSES para movimentação automática de processos de prestação de contas do TRE-RJ	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.

20 22	Projeto Celina	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	Esclarecer dúvidas cartorárias e prestar serviços úteis à sociedade no período eleitoral.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo
20 22	CandLe	Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe	Automatizar atividades relativas a processos de Registro de Candidaturas (RCand), em especial a análise da comprovação de condições de elegibilidade.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	ALEI - Analise Legal Inteligente	Tribunal Regional Federal da 1ª região	Desenvolvimento de um sistema composto de algoritmos de aprendizagem de máquina que viabilize a automação de análises textuais destes processos jurídicos	Direta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a

20 22	PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O JUDICIÁRIO: APLICAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL	Tribunal Regional Federal da 1ª região	<p>a) Relatório incluindo modelo para o desenvolvimento do ecossistema de capacitação, pesquisa e empreendedorismo com foco em IA e no Judiciário ao fim do primeiro semestre;</p> <p>b) Construção de proposta para chamamento público e acompanhamento de pessoas físicas e jurídicas, da academia e iniciativa privada que queiram e possam contribuir no desenvolvimento da Plataforma de IA no Judiciário com revisão semestral sobre os envolvidos;</p>	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão administrativa ou implementação de política pública sem interferência sobre decisões judiciais.
----------	---	--	---	-----	-----	-----------------------------	-----------------------------	--	-------------	-----	--

		<p>c) Realização de eventos a cada 12 meses para a promoção de articulações entre a academia, a iniciativa privada e os órgãos que demandam e fornecem informações sobre a justiça;</p> <p>d) Relatórios específicos sobre resultados alcançados e disponibilização de soluções de cada uma das iniciativas agregadas por área de interesse (capacitação, pesquisa e empreendedorismo);</p>							
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

20 22	Intelligentia: Identificação de processos similares usando a busca pelo número	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Aprimorar a gestão processual no âmbito da Vice-Presidência, com a automação de alguns procedimentos como a identificação de processos similares usando a busca pelo número.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Sugestão de Temas Repetitivos e com Repercussão Geral	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Classificação de temas do STJ, STF e TNU	Direta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sistema que sugere minutas de decisões, despachos ou sentenças com conteúdo jurídico estruturado, afetando a autonomia judicial.
20 22	Validação de Assuntos	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Classificação do assunto principal	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões

											objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	SIGMA/SINARA	Tribunal Regional Federal da 3ª região	Auxiliar a produção de minutas de despachos e decisões judiciais.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	Agrupamento de apelações por similaridade de sentença	Tribunal Regional Federal da 4ª região	Possibilitar que a identificação de demandas repetitivas seja feita de forma visual.	Não	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR4	Tecnologia de apoio à elaboração de peças ou atos processuais preparatórios, sem gerar o ato jurídico final.

20 22	Classificador de petições	Tribunal Regional Federal da 4ª região	Sugerir uma classificação de tipo de petição adequada ao texto	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
20 22	Resumo de petições	Tribunal Regional Federal da 4ª região	O sistema exibe de forma rápida um resumo da petição, exibindo apenas os trechos mais significativos, sem necessidade de abrir o documento completo.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR4	Tecnologia de apoio à elaboração de peças ou atos processuais preparatórios, sem gerar o ato jurídico final.
20 22	Busca Inteligente de Jurisprudência no CRETA	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Solução para busca semântica na base de sentenças e acórdãos registrados no sistema CRETA, como subsídio a localização de	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de busca e sugestão de precedentes ou decisões similares, sem aplicação jurídica automática ou

			temas e decisões semelhantes ao um dado caso em avaliação por magistrado ou servidor da área jurídica da JFRN.							efeito vinculante.	
20 22	ChatBot NISIA	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Oferecer um atendimento personalizado através de uma ferramenta automática, aumentando a agilidade da localização de informações pelo cidadão e reduzindo a necessidade de servidores atendendo diretamente em questões básicas e comuns.	Não	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.

20 22	Classificação de petições iniciais para perícias	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Objetivo de automatizar o processo de triagem de perícias em processos de Juizados Especiais Federais na Justiça Federal no Rio Grande do Norte, a partir do texto da petição inicial e dos metadados do processo, indicando os processos que precisarão de perícia e de quais áreas, como uma contribuição para a redução das atividades repetitivas realizadas no âmbito das Varas Federais.	Não	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
----------	--	--	--	-----	-----	-----	------------------------------	--	-------------	-----	--

20 22	Triagem e análise textual de recursos interpostos com a finalidade de categorizar os processos judiciais pela matéria	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Desenvolver pesquisa e desenvolvimento (P&D) de Inteligência Artificial para aplicar métodos de aprendizagem profunda de máquina (Deep Learning) com a finalidade de automatizar o procedimento de triagem e análise textual de recursos interpostos para apreciação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, incluindo ações em tramitação nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, categorizando os processos judiciais pela matéria, de	Indireta	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Projeto voltado à triagem, organização ou classificação de documentos/processos com base em padrões objetivos, sem aplicação normativa automatizada.
----------	---	--	--	----------	-----	-----	------------------------------	---	-------------	-----	--

			forma a viabilizar tanto a identificação dos recursos que já tem matéria decidida por Tribunal Superior quanto aqueles que tratam de matéria repetitiva e potencialmente qualificável como representativo de controvérsia, concretizando todo o resultado da pesquisa numa solução de software integrada aos sistemas PJe em uso no TRF5 e nas Turmas Recursais e à plataforma Sinapses do CNJ, nos termos da Resolução n. 332/2020 do CNJ.						
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

20 22	Bem-te-vi	Tribunal Superior do Trabalho	O objetivo de complementar a análise do Gabinete, são exibidas também informações produzidas por algoritmos de inteligência artificial, como a possibilidade de denegação por transcendência, por exemplo, com base nos processos já julgados pelo Ministro.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Ferramenta de predição de resultado processual ou avaliação de viabilidade jurídica, com impacto direto sobre o direito da parte.
20 22	Chatbot para atendimento na Justiça Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral	receber checagens sobre notícias falsas e informações de serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Sistema de atendimento ao público, chatbot, ou funcionalidade administrativa, sem impacto sobre o mérito processual.

20 22	Elaboração de ferramenta para pesquisa de jurisprudência	Tribunal Superior Eleitoral	O projeto prevê a construção de nova ferramenta para pesquisa de jurisprudência utilizada na Justiça Eleitoral com a solução Elasticsearch, de modo a atender, de forma plena, às necessidades de busca de jurisprudência dos usuários internos e externos dos serviços de jurisprudência desta Justiça Especializada, proporcionando funcionalidades mais modernas e de maior valor agregado que facilitem a experiência dos usuários do sistema.	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornec e essa informação	[Não informado]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de busca e sugestão de precedentes ou decisões similares, sem aplicação jurídica automática ou efeito vinculante.
----------	--	-----------------------------	--	-----	-----------------------------	-----------------------------	------------------------------	-----------------	-------------	-----	--

20 22	Projeto de identificação de comportamentos suspeitos no e-Título (dashboards)	Tribunal Superior Eleitoral	Detectar comportamentos inautenticos que possam comprometer o funcionamento correto do e-título	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Não informado]	Insuficiente	-	Descrição funcional do sistema não permite avaliar com segurança sua finalidade, impacto jurídico ou grau de automação, inviabilizando o enquadramento conforme a Resolução CNJ nº 615/2025.
20 23	e-CJFJURIS	Conselho da Justiça Federal	Plataforma de busca, de indexação, de correlacionament o e de aprendizado de modelos preditivos em bases de jurisprudência da justiça federal.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de busca sem aplicação automática de precedentes.

20 23	SAREF	Conselho Nacional de Justiça	Possibilita o sistema de apresentação remoto dos apenados que estão em regime aberto e precisam apresentar-se à justiça.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	AR5, in fine	Reconhecimento facial para controle de presença (AR5 - exceção permitida).
20 23	Athos	Superior Tribunal de Justiça	Permitir a análise de similaridade entre documentos, possibilitando o agrupamento semântico, pesquisa e monitoramento de peças processuais.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação sem impacto jurídico direto.
20 23	Sugestão do movimento processual	Superior Tribunal de Justiça	O objetivo deste projeto é desenvolver um modelo de inteligência artificial capaz de sugerir, a partir do	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Tarefa preparatória, indicando a realização do próximo movimento

			conteúdo de uma decisão judicial, o movimento processual adequado que deve acompanhá-la.								
20 23	Plataforma para Análise Prévia de Admissibilidade	Superior Tribunal de Justiça	O projeto tem como objetivo desenvolver um produto que auxilie os tribunais na análise de decisões de admissibilidade. Através de uma interface amigável, os usuários poderão inserir o texto do acórdão recorrido ou petição de REsp, que será encaminhado ao sistema para análise detalhada.	Não	Não	Sim	Sim	[Grande Modelo de Linguagem, Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Prediz inadmissibilidade de com base em fundamentos automatizados.

20 23	Athos Tribunais	Superior Tribunal de Justiça	O objetivo do projeto é promover o mapeamento das controvérsias submetidas ou com potencial de submissão ao STJ e o monitoramento da atuação jurídica das partes envolvidas, com ênfase nos grandes demandantes. O propósito é executar estratégias direcionadas à prevenção de litígios, ao gerenciamento de precedentes qualificados e de ações coletivas, além de incentivar a resolução consensual das disputas.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Gerenciamento de precedentes
----------	-----------------	------------------------------	--	--------	-----	-----	-----	--	------------	-----	------------------------------

20 23	Admissibilidade Cotejada com Auxílio de IA	Superior Tribunal de Justiça	O projeto tem como objetivo prever os fundamentos de inadmissão presentes nas decisões que inadmitem recursos especiais, bem como automatizar a análise e a refutação destes fundamentos por meio de uma solução de inteligência artificial. O objetivo é reduzir o tempo gasto na documentação e análise da admissibilidade cotejada, realizada pela Presidência nos AREsps, antes da distribuição.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Impacta diretamente no trâmite processual.
----------	--	------------------------------	--	-----	-----	-----	-----	---	------------	-----	--

20 23	Classificação de originários	Superior Tribunal de Justiça	<p>O projeto tem como objetivo oferecer suporte à Secretaria Judiciária do STJ na segmentação e classificação das peças processuais que chegam ao Tribunal em processos originários. Atualmente, os processos são catalogados pelos próprios advogados, durante o protocolo da ação, o que muitas vezes resulta em descrições e catalogações imprecisas. A responsabilidade pela correção dessas informações recai sobre os servidores e colaboradores da</p>	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]		BR1	Triagem documental sem valoração jurídica.
----------	------------------------------	------------------------------------	---	-----	-----	-----	-----	--	--	-----	--

			Secretaria Judiciária.								
20 23	Indexação Legislativa	Superior Tribunal de Justiça	O projeto visa extrair referências legislativas ou informações de interesse em um documento jurídico. Ele é utilizado por várias unidades dentro do Tribunal, observando o escopo de atuação de cada área. Utiliza técnicas de aprendizado supervisionado, com rotulação dos exemplos pelas	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Apoio à pesquisa sem aplicação normativa.

			áreas demandantes								
20 23	Corpus927	Superior Tribunal de Justiça	O objetivo é consolidar em um só local as decisões vinculantes do STF e do STJ, e a jurisprudência do STJ. O sistema reúne informações sobre o controle de constitucionalidade, súmulas vinculantes e repercussão geral do STF. Do STJ, buscamos dados sobre recursos repetitivos, súmulas, jurisprudências em tese e a própria pesquisa	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de consulta sem efeitos decisórios.

			de jurisprudências.								
20 23	Predições da movimentação processual futura do TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Os dados obtidos servem de base para boletins e relatórios informativos gerenciais do TJSC	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece e essa informação	[Machine Learning]	Insuficiente	-	Descrição ausente na planilha original.
20 23	Robô Auxiliar	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Trata-se de um conjunto de algoritmos destinados à leitura e classificação de petições, dentro da competência de direito bancário e execução fiscal, com a inserção da minuta correspondente, de acordo com os parâmetros definidos pelo juízo	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Inserção de minuta sobre aplicação de norma ou precedente

20 23	Similaridade de Sentenças do 1º no Segundo Grau	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Esse projeto tem por objetivo permitir que Gabinetes do Segundo Grau sejam informados de processos do Primeiro Grau com sentenças similares, com intuito de permitir organizar o fluxo de trabalho no próprio Gabinete de processos similares.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Triagem automática.
20 23	Classificador por Conteúdo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Permitir classificar petições iniciais e intermediárias pelo conteúdo das mesmas. Permite comparar a similaridade de documentos peticionados com outros pré-cadastrados, e em caso de similaridade média acima de determinado	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação processual

			percentual, aplicar automatizações configuráveis no processo judicial.								
20 23	Sofia - Assistente Virtual dos Juizados Especiais	Tribunal de Justiça da Bahia	Assistente virtual desenvolvida para responder às principais dúvidas dos jurisdicionados do Sistema dos Juizados Especiais da Bahia.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento aos usuários
20 23	ALPHAJUS	Tribunal de Justiça da Bahia	O objetivo do AlphaJus é contribuir com a transparência e padronização do sistema judiciário. Ao disponibilizar uma ferramenta que possibilita aos magistrados tomar decisões de forma mais eficiente, com base nos julgados existentes, busca-	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Ferramenta de pesquisa sem interferência decisória.

			se a modernização da justiça, tornando-a mais ágil e confiável								
20 23	Oxóssi	Tribunal de Justiça da Bahia	objetiva facilitar a busca por temas repetitivos, precedentes, entre outros achados que possam auxiliar servidores e magistrados na tomada de decisão e sentença em processos.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Busca de jurisprudência sem efeitos decisórios
20 23	Robô Haia	Tribunal de Justiça da Bahia	O robô tem como objetivo etiquetar e minutar processos dos seguintes tipos de documentos: 90004 – Pedido de suspensão pelo artigo 40; 90003 – Pedido de suspensão por	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Aplicação de normas

			parcelamento; 90001 – Pedido de extinção por pagamento da dívida; 90009- Pedido de extinção por cancelamento da dívida.								
20 23	Sebastiana	Tribunal de Justiça da Paraíba	concentrar soluções de IA que possam inovar o negócio jurídico do TJPB, por meio de modelos de IA gerenciados por plataformas de IA, tal como o Sinapses	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Insuficiente	-	Descrição não permite avaliar impacto.
20 23	SAVIA - Sistema Assistente Virtual de Inteligência Artificial	Tribunal de Justiça de Minas Gerais	SAVIA é uma assistente virtual projetada para apoiar magistrados e servidores na elaboração de textos.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR1	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

20 23	SALISE - Sistema	Tribunal de Justiça de Minas Gerais	O objetivo é tornar a leitura e interpretação dos documentos e movimentações do PJe mais fácil e compreensível, especialmente para aqueles que não possuem conhecimentos jurídicos aprofundados. Dessa forma, o sistema promove a democratização do acesso à informação jurídica e aumenta a transparência no processo judicial.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento informativo sem impacto processual.
20 23	SOFIA - Sistema de Orientação, Facilitação de Informações Judiciais e Acessibilidade	Tribunal de Justiça de Minas Gerais	SOFIA é um sistema desenvolvido para proporcionar orientação e facilitar o acesso às informações contidas em documentos judiciais, tais	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	triagem e classificação processual

			como decisões, despachos e sentenças.								
20 23	SIA-Resp	Tribunal de Justiça de Rondônia	Projeto para verificar a admissibilidade ou não de processos para o STJ. Público interno, das Presidências e Vice-Presidências de Tribunais. Consiste em identificar os recursos, fazer a verificação da tempestividade e preparo, agrupar por semelhança os recursos e sugerir uma minuta de admissibilidade ou não baseando-se em decisões de petições de recursos semelhantes já	Direta	Não	Sim	sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Sugere minutas de admissibilidade .

			<p>julgadas anteriormente.</p>								
2023	Conexus e Collectivus	Tribunal de Justiça de Rondônia	<p>Consistem em identificar as petições iniciais dos processos e agrupar por semelhança ou identificar conexões entre as mesmas, possibilitando a análise e minuta de processos em lote.</p>	Direta	Não	Sim	sim	<p>[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]</p>	Alto Risco	AR4	Minuta de decisões
2023	LexIA	Tribunal de Justiça de Rondônia	<p>Projeto que automatiza tarefas para CPE, sendo a parte que envolve IA responsável por identificar o tipo de documento juntado ao processo.</p>	Não	Não	Sim	sim	<p>[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]</p>	Baixo Risco	AR4	Classificação processual

20 23	Projeto de conciliação	Tribunal de Justiça de Rondônia	Antes de se tornar um processo judicial, o projeto objetiva possibilitar a interação e negociação direta entre pessoas, para que haja um acordo entre as partes, sem a necessidade de haver um processo judicial, sendo apenas a fase pré processual.	Não	Não	Sim	sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Mediação automatizada sem efeitos jurídicos vinculantes, enquadrado como sistema de atendimento ao público (BR5).
20 23	BERNA	Tribunal de Justiça de Roraima	Visa integrar a inteligência artificial para aprimorar a eficiência judicial. A partir da automatização de leitura de petições, o BERNA organiza demandas similares, acelerando a análise	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Classificação processual

20 23	Análise de Custas de Preparo Recursal	Tribunal de Justiça de São Paulo	Objetiva auxiliar as unidades de Primeiro Grau na identificação do correto recolhimento do preparo recursal e na elaboração da respectiva certidão.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR5	Tarefa preparatória, indicando a realização do proximo movimento
20 23	Análise de Guias de Custas Duplicadas	Tribunal de Justiça de São Paulo	Extração do conteúdo de guias de custas judiciais, meta dados das guias e processos com finalidade de identificação dos valores recolhidos e possíveis duplicidades.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Tarefa preparatória, indicando a realização do proximo movimento
20 23	Identificação de Processos com Precedentes Vinculados - SG	Tribunal de Justiça de São Paulo	Análise e identificação de processos repetitivos, com precedentes vinculados, que devem ficar	Direta	não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Deteção de padrões decisórios com afetação automática

			suspensos em segunda instância até a decisão final do STJ								
20 23	Análise de Precedentes (PG)	Tribunal de Justiça de São Paulo	Desenvolvimento de ferramenta para análise e identificação de processos repetitivos com precedentes vinculados quando da entrada do processo em primeiro grau, a partir da análise da petição inicial.	Direta	não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Consulta sem aplicação automática.
20 23	Peticionamento eletrônico – Classe/Assunto	Tribunal de Justiça de São Paulo	Modelo de IA desenvolvido para apresentar, no peticionamento eletrônico, sugestão de classe e assunto de acordo com a petição inicial anexada no portal e-SAJ. Objetiva diminuir a quantidade de	Não	não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Orientação sem vinculação.

			petições cadastradas com classificações genéricas.								
20 23	Peticionamento eletrônico – Petição Intermediária	Tribunal de Justiça de São Paulo	Modelo de IA desenvolvido para apresentar, no peticionamento eletrônico, sugestão de classificação de petições intermediárias no portal e-SAJ	Não	não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Orientação sem vinculação.
20 23	Projeto de Identificação de demandas predatórias	Tribunal de Justiça de Tocantins	Auxiliar na identificação de demandas predatórias dentro da Justiça Estadual	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Triagem sem interferência.
20 23	GiseLI - Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais com Linguagem Inteligente	Tribunal de Justiça de Tocantins	O projeto visa utilizar o Processamento de Linguagem Natural (NLP) para análise do conteúdo dos atos praticados nas serventias extrajudiciais do	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	triagem e classificação processual

			Estado do Tocantins de modo que classifique-os de acordo com a necessidade da Corregedoria-Geral da Justiça e otimize o controle, orientação e fiscalização da prestação jurisdicional extrajudicial								
20 23	TIA	Tribunal de Justiça do Amapá	O objetivo da ferramenta era de identificar todas as situações em que houvesse demandas repetitivas, podendo ser autuadas de imediato. Não seria mais necessário que um servidor verificasse um a um dos processos que apresentassem	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Triagem processual.

			<p>essas características. Tão logo o advogado inserisse a petição inicial no sistema Tucujuris, o robô identificaria a existência na base de dados de demanda repetitiva semelhante, fazendo a classificação do processo.</p>								
20 23	Abaçai	Tribunal de Justiça do Amazonas	<p>Abaçai é um modelo de inteligência artificial que atua buscando a similaridade entre processos judiciais. Pode ser usado para auxiliar na tomada de decisões, na análise de precedentes, na identificação de padrões e na redução de</p>	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Agrupamento semântico sem sugestão de decisão.

			custos. É um exemplo de aplicação de processamento de linguagem natural, uma área da inteligência artificial que estuda como os computadores podem entender e gerar linguagem humana.								
20 23	Abaçaí	Tribunal de Justiça do Amazonas	O objetivo do modelo "ABAÇAÍ" é atuar como uma ferramenta crucial na identificação de demandas predatórias e repetitivas, oferecendo uma abordagem inovadora para otimizar o processo de triagem jurídica. Ao analisar a estrutura e o conteúdo das petições, o sistema utiliza	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Triagem automática sem impacto no mérito.

			<p>algoritmos avançados de aprendizado de máquina para identificar padrões, correlações e similaridades que indicam potenciais casos de litígios predatórios ou recorrentes. Ao identificar casos semelhantes que surgem repetidamente, o "ABAÇAÍ" permite uma alocação mais eficiente de recursos, evitando a sobrecarga de processos com litígios que já foram previamente abordados;</p>								
20 23	Implantação do sistema BERNA	Tribunal de Justiça do Ceará	Identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de	Baixo Risco	BR1	Classificação automática

			demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial.					Linguagem Natural]			
20 23	Predição de risco de revitimização em violência doméstica	Tribunal de Justiça do Ceará	Construção de uma ferramenta de predição de risco de revitimização em violência doméstica contra a mulher tendo como base as perguntas e respostas do formulário nacional de avaliação de risco as informações históricas dos processos judiciais.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Risco Excessivo	10, II	Predição de resultado com relação aos crimes de violência doméstica, com base nos comportamentos e traços da personalidade
20 23	Classificador de Assuntos	Tribunal de Justiça do Ceará	O projeto tem por objetivo classificar assuntos de maneira automática, a fim de validar um assunto	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automática

			cadastrado por um usuário dentro do processo jurídico.								
20 23	Extrator de Ementas	Tribunal de Justiça do Ceará	Foi desenvolvida uma API Rest que utiliza um modelo treinado a partir do BERTimbau Base para dado um Acórdão (em determinado formato), retornar a ementa.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR4	Produção de texto de apoio
20 23	IA - Precedentes	Tribunal de Justiça do Ceará	Aplicação baseada em IA que possa sugerir aos magistrados os possíveis temas de precedentes relacionados aos processos em apreciação	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Detecção de padrões decisórios sem afetação automática
20 23	Classificador de Petições Iniciais	Tribunal de Justiça do Ceará	O projeto tem por objetivo identificar dentro de um processo jurídico, o documento que corresponde à petição inicial	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automática sem interferência jurídica.

20 23	Classificador de Documentos Jurídicos	Tribunal de Justiça do Ceará	O projeto tem como objetivo auxiliar na validação do tipo de documento em um processo jurídico, através da classificação automática de documentos. Com isso, espera-se diminuir eventuais erros de atribuição de tipos por usuários de sistemas (como PJE).	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação automática
20 23	SAREF - Sistema de Apresentação por Reconhecimento Facial	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Visa agilizar a apresentação de uma população de apenados da unidade. Utilizando os algoritmos de reconhecimento facial, auxiliando e modernizando o controle de presença da unidade.	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Interfere na tramitação processual.

20 23	Maat	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Maat é uma solução em IA que almeja recomendar sobrestamento/tese firmada no sistema PJe para processo aderente a precedentes qualificados.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Identificação sem aplicação de decisões.
20 23	Ártemis	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Ártemis é uma solução em IA desenvolvida com o objetivo de detectar demandas repetitivas e predatórias do tipo litispendência	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR2	Otimização processual sem impacto decisório.

20 23	Toth	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	<p>Foi concebido para alcançar os seguintes objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover agilidade ao usuário interno do sistema PJe e trazer celeridade ao TJDFT. 2. Permitir que soluções em IA estejam ao alcance dos usuários do PJe e tragam resultados quantificáveis na busca por inovação e eficiência. 3. Atender ao CNJ no desenvolvimento de microserviços e conversação entre sistemas via mensageria. Desse modo, o Toth e o PJe mantêm-se independentes entre si. 	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	triagem e classificação processual
----------	------	---	---	----------	-----	-----------------------------	-----	--	-------------	-----	------------------------------------

			<p>4. Sanear os dados processuais no seu nascedouro impede eventuais reclassificações, que podem levar a retrabalho nas varas.</p> <p>5. Aperfeiçoar o metadado processual do Tribunal que será enviado ao DataJud</p>								
20 23	Ámon	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Amon é um sistema de reconhecimento facial utilizado nas portarias do TJDFT para confirmar a identificação do visitante por meio da comparação da sua identificação biométrica com a base de imagens do sistema	Não	Não	Não	Sim	[Redes Neurais]	Baixo Risco	AR5, in fine	embora utilize dados biométricos, incide na exceção da norma, pois será utilizada para controle de acesso (segurança)

			previamente armazenadas.								
20 23	Berna - Busca Eletrônica Recursiva usando linguagem Natural	Tribunal de Justiça do Goiás	<p>A solução aplicada permite identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais, recém distribuídas, que possuam a mesma causa de pedir e tese jurídica na petição inicial. Com a identificação e clusterização dos processos em agrupamentos de similares, são realizadas diversas automações no Sistema de Processo Eletrônico com a</p>	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Consulta a precedentes sem aplicação automática.

			finalidade de informar a possibilidade de ocorrência de litispendência, conexão e outras questões no processo, por meio de movimentos nos autos.								
20 23	Visual Law e Simplificação	Tribunal de Justiça do Goiás	simplificação de termos jurídicos complexos e estrangeirismos empregados nos atos judiciais em linguagem simples e outro (b) para a conversão de sentenças judiciais em resumos ilustrados (fluxogramas) de forma a tornar a linguagem jurídica de fácil compreensão aos(às) cidadãos(ãs) que não pertencem ao	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Melhoria de acessibilidade sem efeitos jurídicos.

			meio jurídico, lançando mão de recursos visuais (Legal Design e Visual Law), palavras-chave e linguagem simples								
20 23	Projeto Firmina	Tribunal de Justiça do Maranhão	Trata-se de um modelo de IA destinado a identificar precedentes através da petição inicial	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Detecção de padrões decisórios sem afetação automática
20 23	Pergunte ao Processo	Tribunal de Justiça do Pará	O objetivo do projeto é principalmente a localização, através de mineração de dados, em um processo de informações que são solicitadas pelo requerente e também a localização de dados. Esta	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Grande Modelo de Linguagem]	Insuficiente	-	Descrição não permite avaliar impacto.

			aplicação ficará acessível para todos os usuários internos do poder judiciário								
20 23	Projeto Larry - Assessor IAA	Tribunal de Justiça do Paraná	auxiliar na análise de admissibilidade dos requisitos subjetivos contidos nas petições que chegam aos diferentes setores deste Tribuna	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Sugere encerramento de processos.
20 23	Larry versão 1 - Semelhança de petições	Tribunal de Justiça do Paraná	Objetivo: auxiliar na análise de processos que são distribuídos no primeiro grau de jurisdição.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Ferramenta de consulta administrativa.
20 23	Larry Prescrição Intercorrente	Tribunal de Justiça do Paraná	Objetiva identificar a existência de prescrição intercorrente em processos da execução fiscal para que o processo possa ser encaminhado	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Influencia a análise de recursos.

			ao procurador interessado para manifestação e encerramento do processo, talvez até evitando sucumbência para o ente federativo								
20 23	NatJus GPT	Tribunal de Justiça do Paraná	Objetiva facilitar a pesquisa nas notas técnicas públicas do sistema e-NATJUS do CNJ utilizando linguagem natural.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão sem impacto jurídico.
20 23	BASTIAO	Tribunal de Justiça do Pernambuco	O objetivo é detectar padrões e tendências que possam indicar ações jurídicas predatórias ou repetitivas, dessa forma melhorando a eficiência e a rapidez dos processos jurídicos. Além da sua capacidade analítica, o Bastião incorpora	Indireta	Sim, magistrados, servidores e parceiros envolvidos, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR4	Influencia a celeridade e fundamentação.

		uma rede social interna, facilitando a interação e colaboração entre magistrados, servidores judiciais e parceiros como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).							
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

20 23	BASTIAO	Tribunal de Justiça do Pernambuco	Seu propósito principal é analisar uma vasta gama de informações, que incluem dados estruturados, como CPF, nome e classe processual, bem como dados estatísticos consolidados derivados da extração de informações do PJe. O objetivo é detectar padrões e tendências que possam indicar ações jurídicas predatórias ou repetitivas, dessa forma melhorando a eficiência e a rapidez dos processos jurídicos. Além da sua capacidade analítica, o Bastião incorpora uma rede social	Indireta	Sim, magistrados, servidores e parceiros envolvidos, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR2	Detecção de padrões decisórios sem afetação automática
----------	---------	-----------------------------------	--	----------	--	-----	-----	--------------------	-------------	-----	--

		<p>interna, facilitando a interação e colaboração entre magistrados, servidores judiciais e parceiros como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Este ambiente colaborativo permite o compartilhament o eficiente de insights e estratégias para o manejo de casos. O sistema também dispõe de um painel de gestão abrangente que oferece uma visão holística e em tempo real das atividades judiciais, apoiando decisões</p>							
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

			informadas e rápidas.								
20 23	Sibyl	Tribunal de Justiça do Pernambuco	dar suporte aos assessores e ao Desembargador para com isso reduzir o tempo de julgamento dos processos, conferindo uma prestação	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento automatizado sem efeitos jurídicos.

			jurisdicional mais eficiente e eficaz.								
20 23	JuLIA (Justiça Auxiliada por Inteligência Artificial)	Tribunal de Justiça do Piauí	geração de “percepções” sobre grandes volumes de informações processuais; efetivação de movimentações processuais e inclusão de documentos no pje; envio de informações e análises diretamente aos servidores das unidades judiciais; realização de consultas gerais, em linguagem natural para servidores e a sociedade.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação processual

20 23	Peticionador de Medidas Protetivas por WhatsApp	Tribunal de Justiça do Piauí	Essa ferramenta tem como objetivo facilitar o processo de solicitação de medidas protetivas, uma vez que as vítimas frequentemente enfrentam desafios emocionais, financeiros ou logísticos ao buscar amparo legal.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Facilita o acesso do cidadão ao poder judiciário, sendo uma tarefa preparatória para os próximos passos do processo
20 23	IPÊ - Inteligência em Processos Eletrônicos	Tribunal de Justiça do Piauí	O projeto tem por objetivo facilitar a elaboração de minutas por meio do reaproveitamento dos atos já proferidos através da aplicação do modelo Athos/STJ na identificação de documentos similares	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Geração de minutas com reutilização de atos.

20 23	Recursos Interpostos	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	O objetivo é dar celeridade ao processo jurídico, sendo suporte a decisão aos magistrados para negar ou dar continuidade a um recurso baseando-se em precedentes qualificados (súmulas, IRDRs, IAC, etc.)	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR4	Sugere minutas de admissibilidade .
20 23	GPSMED - Análises da Judicialização na Área da Saúde do Estado do RN	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	Auxiliar a administração pública na gestão de recursos e o Poder Judiciário na redução da judicialização da saúde. A ferramenta possibilita aos gestores o acesso a informações sobre a quantidade de processos em andamento, quais os medicamentos, tratamentos e	Indireta	Não	Sim	sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Organização sem interferência decisória.

			insumos mais demandados por localidade, entre outras informações relevantes.								
20 23	Chatbot para o Atendimento da CAD	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é criar uma assistente virtual de atendimento de usuários para assuntos relacionados à Tecnologia da Informação.	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Chatbot administrativo.
20 23	Chatbot DIGEP	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é criar um assistente virtual (Chatbot) com perguntas e respostas relacionadas à Direção de Gestão de Pessoas	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Chatbot administrativo.
20 23	IA Execução Fiscal	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é criar um analisador de iniciais de Execução Fiscal	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de	Baixo Risco	BR1	Classificação processual

			com classificação por Inteligência Artificial.					Linguagem Natural]			
20 23	Grafo	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Com o objetivo de reduzir o tempo dispendido pelos magistrados para visualização das audiências e a necessidade de transcrição manual dos vídeos realizada por servidores, o projeto pretende criar um Sistema para visualização de vídeos de audiências e transcrições	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Transcrição para auxílio das atividades
20 23	IA Validação de assuntos	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é verificar se a indicação do assunto principal do processo, distribuído pelo advogado, está correta e ocasionou a distribuição do processo na competência	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Orientação sem vinculação.

			adequada ao seu julgamento. Como objetivos secundários temos o aumento da qualidade do dado, em aderências as TPUs, e um melhor controle de temporalidade.								
20 23	IA Sugestão de Assuntos para advogados	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é construir mecanismo capaz de, durante o procedimento de petição inicial, sugerir, com base no documento de petição inicial carregado pelo advogado, o assunto processual.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Classificação processual

20 23	IA Classificador por conteúdo	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Permite ao usuário criar padrões para classificação de documentos para inclusão de localizadores (marcações) nos processos. Analisa os documentos e classifica por similaridade dos textos com os documentos cadastrados nos classificadores. Com isso, pretende-se classificar automaticamente o grande número de petições similares e, com isso, otimizar os recursos.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação processual
20 23	IA Gerador de resumos	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Com o objetivo de otimizar o tempo das pessoas envolvidas em analisar o grande volume de documentos	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural,	Baixo Risco	BR4	Produção de texto de apoio

			processuais, esse projeto pretende realizada a geração de resumo do texto dos documentos através de Inteligência Artificial					Redes Neurais]			
20 23	IA Admissibilidade	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é permitir a identificação de demandas repetitivas, triagem de processos, automação. São exibidos, de forma gráfica, o acervo de processos de natureza recursal (das classes Apelação Cível, Remessa Necessária Cível e Apelação / Remessa Necessária) de acordo com a similaridade da sentença do	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Triagem de peças processuais.

			processo originário								
20 23	Tramitação automatizada	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Trata-se de um projeto de automatização de fluxos processuais com o objetivo de impulsionar processos.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Insuficiente	-	Descrição insuficiente
20 23	LLM GPT Relatório de Sentença	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Aplicação de LLM gpt/openai, via API Azure/MS, na geração de resumo para relatório na sentença de julgamento.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR4	Produção de texto de apoio

20 23	Audiências inteligentes	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	O objetivo do projeto é realizar a transcrição das audiências com apoio de IA para melhorar o processo.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Transcrição para auxílio das atividades
20 23	ALEI/GOR	Tribunal Regional Federal da 1ª região	o ALEI é um sistema conectado à base de dados de produção do Processo Judicial Eletrônico (PJe) que automatiza o trabalho de associação de processos judiciais por meio de um sistema de métrica (palavras/assuntos semelhantes), com a finalidade de promover celeridade às demandas judiciais e auxiliar os Magistrados na triagem e elaboração de	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Auxilia na elaboração de minutas de voto.

			minutas de voto, agilizando o julgamento dos processos, a critério dos gabinetes								
20 23	Intelligentia	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Identificar com precisão os processos atingidos por determinação de sobrestamento dos Tribunais Superiores e identificar de maneira mais célere o tema aplicável em casos de demandas repetitivas através de automação de alguns procedimentos como a identificação de processos similares usando a	Direta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR2	Busca de jurisprudência sem efeitos decisórios

			busca pelo número ou pelo tema								
20 23	CHATBOT JFRJ	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Atendimento virtual	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Chatbot administrativo.
20 23	Chatbot - JFRJ	Tribunal Regional Federal da 2ª região	Normatizar e padronizar os procedimentos de funcionamento do canal oficial de mensageria automática (chatbot) para atender aos jurisdicionados e advogados, por meio da configuração de um aplicativo de respostas automáticas,	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo.

20 23	SIGMA - Ranqueamento de modelos de atos judiciais e administrativos a partir de informações identificadas nas peças processuais.	Tribunal Regional Federal da 3ª região	A criação de um sistema centralizado de gerenciamento de modelos de decisões, incluindo a criação, edição, visualização, utilização, remoção e ranqueamento por inteligência artificial. O sistema é integrado ao PJe, permitindo a utilização sem a necessidade de instalações adicionais nem acesso a programas externos. A integração também permite que os modelos criados, editados e removidos sejam atualizados dentro do PJe."	Não	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Formulação de juízos conclusivos sobre aplicação de precedentes
----------	--	--	--	-----	-----	-----	-----	--------------------------------------	------------	-----	---

20 23	SINARA - Resolvendo problemas de linguagem natural em textos jurídicos através da extração de dispositivos normativos e precedentes e Ferramenta de triagem automática por inteligência artificial.	Tribunal Regional Federal da 3ª região	Criação de um modelo de inteligência artificial para extração do fundamento legal de textos jurídicos, notadamente os dispositivos normativos e precedentes. Muito se pode entender sobre um texto jurídico a partir de seu fundamento legal. A regra é que as partes, ao pedir ou argumentar algo, e o magistrado, ao decidir ou movimentar o processo, o façam com fundamento na lei e no entendimento dela, o qual, por vezes, ocorre através de precedentes	Direta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR2	Detecção de padrões decisórios
----------	---	--	---	--------	-----	-----------------------------	-----	--------------------	-------------	-----	--------------------------------

20 23	Ferramenta de triagem automática por inteligência artificial	Tribunal Regional Federal da 3ª região	Criar ferramenta de triagem automática de processos por assuntos, polo passivo e classe processual. A ferramenta está sendo desenvolvida junto aos JEFs e TRs da 3ª Região. Há potencial para aumentar a celeridade na tramitação dos processos, reduzir a ocorrência de erros e facilitar a tramitação processual e julgamento de demandas repetitivas.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Classificação sem interferência.
20 23	Agrupamento de apelações por similaridade de sentença	Tribunal Regional Federal da 4ª região	Possibilitar que a identificação de demandas repetitivas seja feita de forma visual.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Organização temática.

20 23	Triagem Inteligente	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Tornar o processo de triagem mais ágil, eficiente e reduzir o custo operacional, pois com a aceleração das verificações dos documentos e análises de informações contidas na inicial, o tempo que o processo fica na triagem será reduzido e a quantidade de processos analisados em um mesmo dia, será aumentado.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Triagem automática.
20 23	Inteligência nas Triagens do TRF5	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Automatização do procedimento de triagem e análise textual de recursos interpostos para apreciação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, incluindo ações em tramitação	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	Formulação de juízos conclusivos sobre aplicação de precedentes

			nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, categorizando os processos judiciais pela matéria, de forma a viabilizar não apenas a identificação dos recursos que já têm matéria decidida por Tribunal Superior quanto aqueles que tratam de matéria repetitiva e potencialmente qualificável como representativo de controvérsia.								
20 23	Chatbot NISIA	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Construção de sistema autônomo de atendimento ao cidadão e jurisdicionados para apresentar informações e orientações sobre os serviços	Não	Não	Sim	Não fornec e essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo.

			oferecidos pela instituição.								
20 23	Classificação de petições iniciais para perícias	Tribunal Regional Federal da 5ª região	Solução baseada em uso de técnicas de aprendizagem de máquina e PLN, com o objetivo de automatizar o processo de triagem de perícias em processos de Juizados Especiais Federais na Justiça Federal Rio Grande do Norte a partir do texto da petição inicial e dos metadados do processo indicando os processos que precisarão de perícia e de quais áreas como uma contribuição para a redução das atividades repetitivas	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Organização processual.

			realizadas no âmbito das Varas Federais.								
20 23	Centro de Inteligência e identificação de demandas repetitivas	Tribunal Regional Federal da 5ª região	O projeto busca desenvolver uma ferramenta computacional que permita identificar automaticamente potenciais situações de demanda repetitiva e demanda predatória na quinta região da justiça federal.	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Triagem sem interferência.

20 23	CliqueJunte	Tribunal Regional Federal da 5ª região	O CliqueJunte é uma ferramenta destinada à realização de tarefas mecânicas de processamento de arquivos, finalizando com a efetiva juntada no processo judicial de referência. É possível proceder à anexação de vários documentos em um ou mais processos ao mesmo tempo, otimizando o serviço e liberando o servidor para outras atividades fim enquanto o aplicativo está sendo executado	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Tarefas administrativas
20 23	Concilia JT	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região	Realizar a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre	Não	Não	Sim	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	Predição com impacto processual.

			as partes envolvidas, auxiliando servidores e magistrados em suas atividades								
20 23	Gemini	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região	O sistema agrupa processos por similaridade (linguagem natural) e indica decisões já proferidas em relação aos agrupamentos realizados.	Direta	Não	Sim	Não	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Organização semântica.
20 23	ICIA/ICON - Índice de Conciliabilidade	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região	O Índice de Conciliabilidade por Inteligência Artificial, ou ICia, é uma solução computacional desenvolvida com o objetivo de auxiliar o CEJUSC e as Varas do Trabalho na escolha dos processos candidatos à conciliação, de forma que os	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Predição de conciliabilidade

			processos selecionados possuam uma alta taxa de sucesso.								
20 23	Transcrição de vídeos de audiências	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª região	O projeto consiste em disponibilizar, junto aos vídeos das audiências, a sua transcrição.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Acessibilidade.
20 23	Índice de Conciliabilidade Processual	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª região	O objetivo é que os gabinetes enviem ao CEJUSC os processos com maior probabilidade de conciliação visando uma maior efetividade na tentativa de acordo	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Predição de conciliabilidade
20 23	Chatbot Atendimento ao Usuário	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região	A solução é capaz de interagir com usuários humanos e sistemas por meio de interfaces de texto,	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Chatbot administrativo.

			auxiliando a realizar transações, relatar incidentes ou buscar informações, utilizando sua capacidade de entender e processar requisições de forma eficiente.								
20 23	CLASSIFICAR	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª região	Criação de algoritmos utilizando técnicas de IA para classificação de documentos processuais.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Triagem automática.
20 23	Projeto AuditAI-Tecnologia Inteligente para Auditoria	Tribunal Regional do Trabalho da 23ª região	Análise de uma população inteira de informações, em vez de apenas uma amostra, reagindo imediatamente aos resultados, buscando a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de gestão.

			riscos, de controle, e de governança corporativa.								
20 23	Extração de dados de documentos processuais para fins de apoio à conciliação	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região	Foi iniciado projeto com o uso de Inteligência Artificial para fins de leitura de documentos de decisões, sentenças e atas de audiência visando identificar, extrair os valores de conciliação e armazená-los em uma base de dados auxiliar	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR1	Triagem automática.
20 23	MTD - Monitor do Trabalho Decente	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região	Implantar na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, solução tecnológica que possibilite diagnosticar, organizar,	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de política pública.

			consolidar e disponibilizar informações de processos relativos aos temas Trabalho Infantil, Assédio Sexual, Aprendizagem e Trabalho Análogo ao Escravo								
2023	Painel de Conciliação e Índice de Conciliabilidade UAI-Con.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região	Desenvolver uma ferramenta eletrônica auxiliar de triagem em formato de painel interativo que utilize algoritmos de inteligência artificial para melhor eleger os processos conciliáveis a serem remetidos para os centros de conciliação, atribuindo score específico a cada processo em tramitação no TRT-3ª Região	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	Predição de conciliabilidade

			(índice de conciliabilidade).								
20 23	AMin - Assistente de Minutas.	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região	O AMin - Assistente de Minutas tem por objetivo disponibilizar solução de TI a partir da plataforma Google Workspace que auxilie magistrados e assistentes na organização e busca em banco de dados de modelos para confecção de minutas de sentenças e acórdãos, minimizando o tempo despendido em	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

			trabalho manual e repetitivo.								
20 23	Índice de Conciliabilidade por IA (ICIA)	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região	Iniciativa criada que propõe uma métrica que estima a propensão de cada processo conciliar ou não	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Alto Risco	AR2	Predição de conciliabilidade
20 23	Clustering	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região	Tem como objetivo de agrupar processos semelhantes entre si.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Organização temática.
20 23	Extrator de Assuntos	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região	O Extrator de Assuntos tem o objetivo de identificar quais assuntos da TPU estão contidos no processo.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Classificação automática.

20 23	Gemini	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região	Ferramenta que busca agrupar processos por similaridade do conteúdo de um determinado tipo de documento, termos extraídos de um tipo de documento e/ou dados estruturados	Direta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Triagem semântica.
20 23	AI-R2	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região	Um recurso de inteligência artificial criado para aperfeiçoar o processamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Otimização processual.
20 23	Gemini	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região	O Gemini é um módulo do PJe, compatível com todas as instâncias, que utiliza Inteligência Artificial (IA) para agrupar documentos de processos por	Direta	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Organização semântica.

			similaridade de temas								
20 23	Plataforma de chat	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região	O projeto consiste em uma plataforma de chat (semelhante ao ChatGPT) para a execução de diversas tarefas dentro do poder judiciário.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
20 23	Uso de Inteligência Artificial para pesquisas em Acórdãos do 2º Grau	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região	Usar ferramenta de Inteligência Artificial Generativa para produzir respostas a questionamentos em texto sobre acórdãos das turmas do 2º grau	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	elaboração de textos com indicação juízo conclusivo sobre aplicação de normas ou precedentes
20 23	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	O Sistema Janus é uma solução de automação processual que atua na prestação de serviços jurisdicional do TRE da Bahia,	Indireta	Não	Sim	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

			através de robôs, com uso de inteligência artificial. São utilizados bots para executar tarefas repetitivas, antes realizadas por pessoas, e a plataforma Sinapses (CNJ) para a classificação das peças processuais.								
20 23	Implantação do Janus	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	Janus é uma solução que usa o inteligência artificial para elaboração de minutas de sentença e robôs para automação de tarefas repetitivas no Pje	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
20 23	Sophia - Inteligência Artificial	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Objetivo: recomendar de forma personalizada no mínimo 30 horas de cursos selecionados pelo	Não	Não	Não	Sim	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR6	Gestão de capacitação.

			módulo de Inteligência Artificial aos gestores operacionais do TRE-SP com base nas notas obtidas na avaliação gerencial.								
2023	Hécate	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Auxiliar a elaboração de minutas de decisão em processos de registro de candidaturas e prestação de contas de candidatos	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
2023	Saulo	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Chatbot para fornecimento de respostas a dúvidas comuns dos usuários de TI.	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento interno.
2023	Chatbot	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	O objetivo do projeto é desenvolver um sistema para suporte automatizado, para atender demandas	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento técnico.

			corriqueiras de informática dos usuários da sede do tribunal e dos cartórios, a fim de desafogar o suporte técnico e reduzir custos								
20 23	Hórus	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	O projeto Hórus (antigo Candle) propõe-se a automatizar atividades inerentes ao Registro de Candidaturas (RCand), em especial a análise da comprovação de condições de elegibilidade.	Não	Não	Não	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Tarefa preparatória, indicando a realização do próximo movimento
20 23	Jê	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	O objetivo é fornecer atendimento ao eleitor no horário em que não há atendentes humanos, possibilitando o acesso à Justiça Eleitoral em qualquer horário	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Grande Modelo de Linguagem]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo.

			do dia ou da noite.								
20 23	Implantação do sistema JANUS, desenvolvido pelo TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	Foi desenvolvido com o objetivo de aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, com respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral e promovendo a cidadania.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
20 23	Flow-based chatbot, com deep learning	Tribunal Regional Eleitoral do Alagoas	Desenvolvimento de ferramenta flow-based chatbot, capaz de suportar a comunicação automatizada entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas com	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento sem impacto jurídico.

			seu público interno e externo, utilizando a aplicação de deep learning para processamento de linguagem natural, cujo algoritmo será capaz de interpretar termos judiciais, administrativos e eleitorais utilizados pela Justiça Eleitoral.								
2023	ADA	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Chatbot para atendimento cartorial	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Atendimento automatizado.
2023	Janus	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Registro de Candidatura, Prestação de Contas, Lançamento automatizado de movimentação.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

20 23	CREA	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Chatbot da Corregedoria	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Atendimento interno.
20 23	JANUS - Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação que combina o uso de automação processual com a aplicação de técnicas de Inteligência Artificial, empregada no Processo Judicial Eletrônico (PJe),	Não	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Não informado]	Alto Risco	AR2	Otimização processual.
20 23	Bel (Bot Eleitoral)	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	Inovação para atender o eleito em relação a suas principais dúvidas no dia da eleição.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo.

20 23	IARA-Jud	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	Projeto para promover a minuta de documentos no PJe, após montagem de dataset e consulta/remessa ao SINAPSEs.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR4	Geração de minutas automatizada.
20 23	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	Automação do processo de análise de prestação de contas anuais e eleitorais e Registro de Candidaturas.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
20 23	SCDE - Sistema de Combate à Desinformação nas Eleições	Tribunal Regional Eleitoral do Pernambuco	O objetivo do projeto foi construir um framework para combater a desinformação e conteúdos falsos relacionados à Justiça Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral, nas diferentes fases e aos atores	Não	Sim, Representantes da UFPE, alunos e professores; Representantes do TRE-PE,	Não	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR6	Ferramenta de política pública.

			nele envolvidos, de forma proativa.								
20 23	Janus	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Solução de automação processual e inteligência artificial para criar minutas em Processo de Prestação de Contas Eleitorais.	Indireta	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas
20 23	Janus	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	O Janus foi desenvolvido com a finalidade de aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, com respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral e	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

			promovendo a cidadania.								
20 23	Projeto Celina	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	A Celina consiste em uma atendente virtual que pode ser acessada pelos eleitores a partir do site oficial do TRE-RN na Internet ou via aplicativo de mensageria Telegram, com o propósito de esclarecer dúvidas cartorárias e prestar serviços úteis à sociedade no período eleitoral.'	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR5	Chatbot informativo.
20 23	JANUS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	São utilizados bots para executar tarefas repetitivas, antes realizadas por pessoas, e a	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Não fornece essa informação	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural,	Alto Risco	AR2	elaboração de textos com valoração de documentos e provas

			plataforma Sinapses (CNJ) para a classificação das peças processuais.					Redes Neurais]			
20 23	Bem-te-vi	Tribunal Superior do Trabalho	Extrair o conteúdo das peças mais importantes do processo, tanto dos sistemas jurídicos internos quanto dos sistemas dos Tribunais Regionais, realizando os tratamentos apropriados.	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR1	Organização documental.
20 23	Sabiá	Tribunal Superior do Trabalho	O objetivo deste trabalho desenvolver um módulo de Registro de Feedbacks dos usuários. Por fim, este projeto também visa pesquisar soluções de Long Life Machine Learning (LLML) com o objetivo de	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning]	Baixo Risco	BR6	Gestão de modelos de IA.

			desenvolver uma solução que traga um ciclo de vida longo aos modelos de IA implantados								
20 23	Serviço de classificação de imagens do Título Net	Tribunal Superior Eleitoral	O objetivo do projeto é verificar por meio de IA as fotos enviadas pelos cidadãos nos Requerimentos de Alistamentos Eleitorais (RAE) a fim de analisar se atendem aos requisitos definidos pela área de negócio	Não	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Redes Neurais]	Alto Risco	AR2	valoração de meios de prova
20 23	Anonimização de dados em documentos não estruturados	Tribunal Superior Eleitoral	O objetivo do projeto é gerar uma API ou serviço que possibilite detectar Personally identifiable information (PII) em documentos PDFs e aplicar	Não	Não	Sim	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural, Redes Neurais]	Baixo Risco	BR7	Segurança de dados.

			tarjas que protejam essas informações, conforme definições de cada sistema negocial envolvido								
20 23	Integração de solução do TJDFT para classificação de processos no PJE (Toth	Tribunal Superior Eleitoral	Promover agilidade ao usuário interno do sistema PJe pelo uso da recomendação da classificação que será emitida no momento da análise da petição inicial.	Indireta	Não	Não fornece essa informação	Sim	[Machine Learning, Processamento de Linguagem Natural]	Baixo Risco	BR1	Orientação sem vinculação.

